

**RELATÓRIO
DE GESTÃO
2014**

XVI PLENÁRIO
Gestão
2013/2016

DIRETORIA

Mariza Monteiro Borges
Presidente

Rogério de Oliveira Silva
Vice-Presidente

Maria da Graça Corrêa Jacques
Secretária

Sergio Luis Braghini
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Dorotéia Albuquerque de Cristo
Secretária Região Norte

Inara Barbosa Leão
Secretária Região Centro-Oeste

João Baptista Fortes de Oliveira
Secretário Região Sul

Meire Nunes Viana
Secretária Região Nordeste

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Nádia Maria Dourado Rocha

Rosano Freire Carvalho

CONSELHEIROS SUPLENTE

Eliandro Rômulo Cruz Araújo

Jacqueline de Oliveira Moreira

Silvana Carneiro Maciel

Viviane Moura de Azevedo Ribeiro

João Carlos Alchieri
Suplente Região Nordeste

Madge Porto Cruz
Suplente Região Norte

Roberto Moraes Cruz
Suplente Região Sul

Sandra Luzia de Souza Alencar
Suplente Região Sudeste

Vera Lucia Morcelli
Suplente Região Centro-Oeste

PSICÓLOGOS CONVIDADOS
SUPLENTE

Maria Augusta Rondas Speller

Jefferson de Souza Bernardes

COLETIVO AMPLIADO

Ana Maria Jacó-Vilela
Memória da Psicologia

Bárbara de Souza Conte
Psicoterapia

Carla Andréa Ribeiro
Assistência Social

Loiva Maria De Boni Santos
Álcool e Drogas

Luciana Ferreira Ângelo
Psicologia do Esporte e da Atividade Física

Marco Aurélio Máximo Prado
Direitos Humanos

Raquel Guzzo
Educação e Assistência Social

Rodrigo Torres Oliveira
Psicologia Jurídica

Silvia Koller
Relações com a BVS-PSI

Tânia Grigolo
Saúde Mental

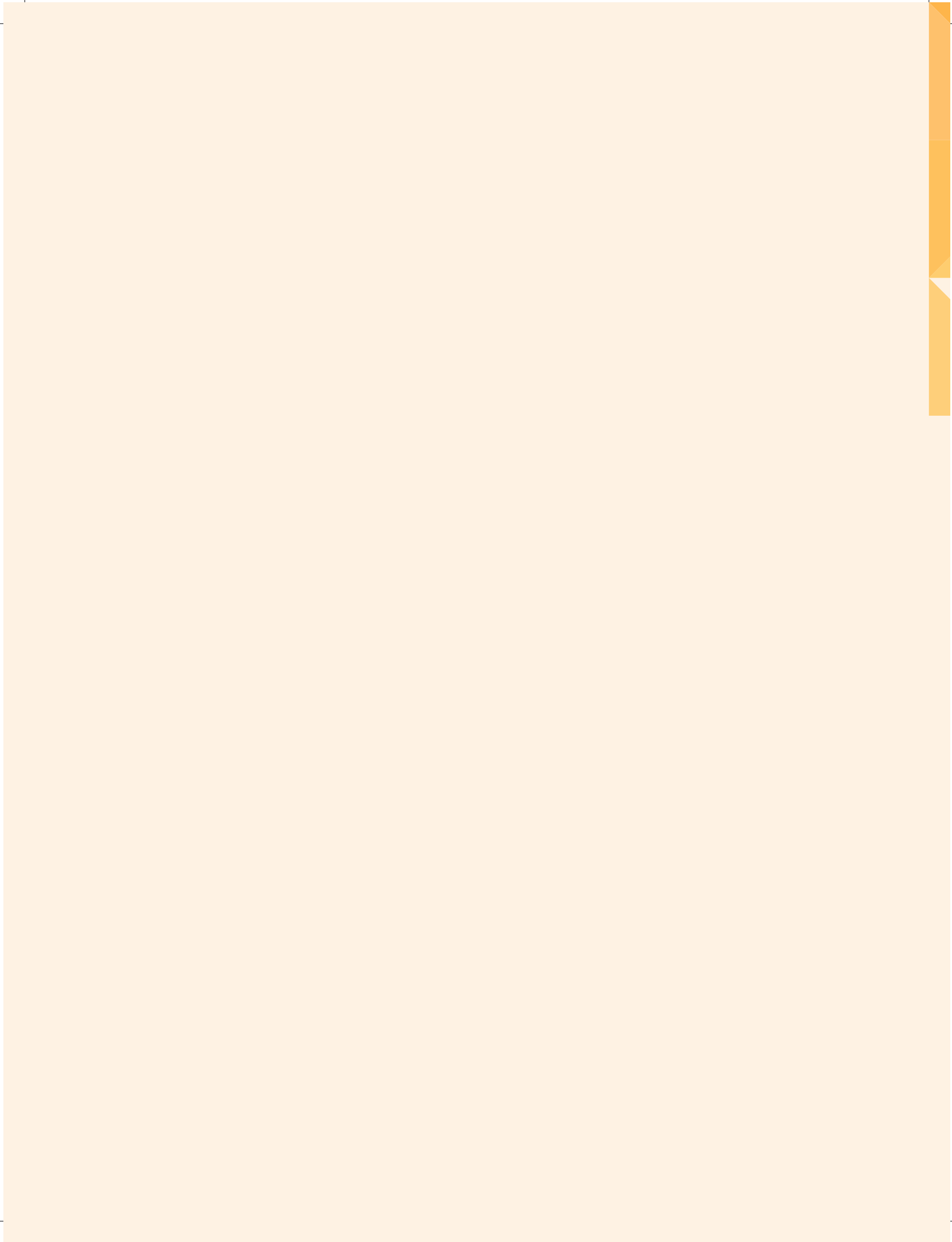
Vera Paiva
Direitos Humanos

COORDENADOR GERAL

José Carlos de Paula



1. POLÍTICAS	5	2. EVENTOS	5		
1.1 - XVI PLENÁRIO	6	2.1 - IV CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO (CBP)	40	3.6.5 - GT Conciliação	51
1.1.1 - Gestão	6	2.2 - PALESTRA CARL HART NA UNB - APOIO DO CFP	41	3.7 - REVISTA PSICOLOGIA, CIÊNCIA & PROFISSÃO	52
1.1.2 - Planode Cargos, Carreiras e Salários (PCCs)	7	2.3 - OFICINA DE CONCILIAÇÃO	43	3.8 - RELATÓRIO DE DÚVIDAS RESPONDIDAS PELA GERÊNCIA TÉCNICA	52
1.1.3 - Planejamento Estratégico	7	2.4 - TRANSMISSÕES ON-LINE	44		
1.1.4 - Visitas aos Crps	8			4. REUNIÕES	54
1.1.5 - Comissões	8	3. ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	46	4.1 - PLENÁRIAS	55
1.2 - SAÚDE	12	3.1 - PROCESSOS ÉTICOS	47	4.2 - REUNIÕES DA DIRETORIA	55
1.2.1 - Rol de Procedimentos e Planos de Saúde	12	3.2 - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	47	4.3 - REUNIÕES DE PRESIDENTES E TESOUREIROS	56
1.2.2 - CNS	12	3.3 - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	47	4.4 - ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS (APAF)	56
1.2.3 - Saúde Mental	12	3.3.1 - Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica	47	4.5 - REUNIÕES TELEFÔNICAS	56
1.2.4 - Ato Médico	14	3.3.2 - Satepsi	48	4.6 - DOCUMENTOS OFICIAIS PRODUZIDOS	56
1.2.5 - TDAH e Dislexia	15	3.3.3 - Neupsilin	48	4.7 - REPRESENTAÇÕES	57
1.2.6 - Acupuntura	15	3.3.4 - Cenipa - Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	48	4.8 - ATIVIDADES DO XVI PLENÁRIO	61
1.2.7 - Álcool e Outras Drogas	16	3.3.5 - Avaliação Psicológica em Concurso Público	48		
1.3 - DIREITOS HUMANOS	17	3.4 - CADASTRAMENTO DE SITES	49	5. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	83
1.4 - EMERGÊNCIAS E DESASTRES	20	3.5 - CENTRO DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO EM PSICOLOGIA	49	5.1 - ATENDIMENTOS À IMPRENSA E VEÍCULOS CONTACTADOS	84
1.5 - EDUCAÇÃO	21	3.6 - GRUPOS DE TRABALHO (GTS)	50	5.2 - JORNAL DO FEDERAL	85
1.6 - CRIANÇA E ADOLESCENTE	24	3.6.1 - Grupo de Traba- lho Unificado PL Osmar Terra e Internação Forçada de Usuários de Álcool e Outras Drogas	50	5.3 - MATÉRIAS, NOTAS E MANIFESTOS	85
1.7 - DIVERSIDADE SEXUAL	26	3.6.2 - Psicologia e Esporte Produção do GT Apaf - Psicologia e Esporte	50	5.4 - PÁGINAS DE TRANSMISSÃO	85
1.8 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS	28	3.6.3 - Relações Raciais Produção do GT Apaf - Resolução 18/2002	51	5.5 - REDES SOCIAIS	86
1.9 - DIREITOS REPRODUTIVOS	28	3.6.4 - GT Revisão da Política de Orientação e Fiscalização	51		
1.10 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	29			6. ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	88
1.11 - QUESTÃO RACIAL	30				
1.12 - LAICIDADE	31			7. ASSESSORIA PARLAMENTAR	90
1.13 - COMUNICAÇÃO	31				
1.14 - DIA DO PSICÓLOGO	32			8. COORDENAÇÃO JURÍDICA	92
1.15 - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	33				
1.16 - 30 HORAS	35			9. CORPO FUNCIONAL DO CFP	94
1.17 - TABELA DE HONORÁRIOS	37				
1.18 - CREPOP	37				
1.19 - CONDIÇÕES DE TRABALHO	38				





1 POLÍTICAS

1.1 - XVI PLENÁRIO

1.1.1 - Gestão

O XVI Plenário do CFP deu início a sua gestão no dia 20 de dezembro de 2013. No dia 9 de janeiro, a nova diretoria se reuniu pela primeira vez, após o recesso, para dar início aos trabalhos. O primeiro passo foi avaliar as condições gerais da autarquia do ponto de vista administrativo, financeiro e político.

Após a fase inicial de análise, foi realizada a primeira reunião plenária, nos dias 24, 25 e 26 de janeiro, na qual foram definidos temas prioritários para 2014 e definido o calendário das outras plenárias e Assembleias de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF).

No dia 28 de agosto, o Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou a cartilha “Orientação para os Conselhos

de Fiscalização das Atividades Profissionais”, para auxiliar os gestores das autarquias na correta aplicação de recursos de natureza pública. O documento foi lançado em reunião do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas.

O objetivo do TCU é contribuir para a melhoria da gestão e da prestação de contas desses órgãos, por meio de deliberações e jurisprudência em destaque no plenário do Tribunal e também com normas relacionadas aos relatórios de gestão.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) orienta, a todos os Conselhos Regionais de Psicologia, a leitura e a adaptação às normas, com o objetivo de aprimorar a governança dos serviços e a prestação das contas.



1.1.2 – Plano de cargos, carreiras e salários (PCCS)

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em plenária realizada em abril, aprovou a Resolução CFP nº 01/2014, a que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos servidores da Autarquia.

O coletivo de servidores do CFP reivindicava a implantação de um novo Plano de Cargos e Salários desde 2006. O intuito desde então era a obtenção de uma remuneração justa, equilibrada e transparente, em consonância com os outros Conselhos de Classe.

Apesar das constantes tentativas do coletivo de negociar mudanças nas carreiras do CFP, previstas em diversos acordos coletivos de trabalho e resoluções, a instituição priorizava mudanças de cunho unilateral, sem consulta prévia aos funcionários. Diferentemente do que ocorreu esse ano, quando se formou uma proposta conjunta entre a diretoria do CFP, coletivo e comissão de servidores e Sindicato dos Empregados em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional e Entidades Coligadas e Afins do Distrito Federal (Sindecop-DF).

Uma proposta de PCCS foi apresentada na última semana da antiga gestão do CFP, o XV Plenário, em dezembro de 2013, mas foi amplamente rejeitada pelos funcionários especialmente por conta das desigualdades salariais, incoerência na distribuição de carreiras e previsão de demissão dos servidores sem Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Mesmo procedimento foi adotado para a discussão e aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2014/2015, deliberado em outubro.

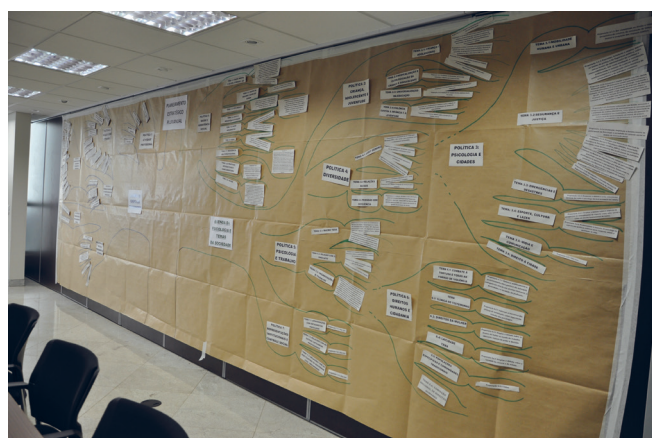


1.1.3 – Planejamento estratégico plurianual (PEP)

O XVI Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) iniciou, em março, a elaboração de seu Planejamento Estratégico Plurianual (PEP), em reunião que ocorreu na sede do CFP durante a 3ª Plenária da Gestão, que se juntou ao coletivo ampliado para iniciar a elaboração do Planejamento, que deve ser base para as ações do próximo triênio.

Na ocasião, foram pensadas duas agendas estratégicas para o PEP. A primeira é voltada para os (as) psicólogos (as) e para o exercício profissional e a segunda discute a participação da Psicologia em temas relevantes para a sociedade.

A intenção, com a primeira agenda, é desenvolver ações focadas no desenvolvimento de referências para o trabalho dos psicólogos, desde a sua formação até as suas condições de trabalho. As ações também devem criar e pensar progra-



mas para melhorar a comunicação com a categoria, sendo que cada programa ficará sob a responsabilidade de um representante do Conselho.



1.1.4 – Visitas aos CRPs

A diretoria do Conselho Federal de Psicologia (CFP), representada pelo vice-presidente Rogério Oliveira e o tesoureiro Sérgio Luis Braghini, visitou nos dias 13, 14, 15, 28 e 29 de março os Conselhos Regionais do Ceará (CRP-11), Piauí (CRP-21), Maranhão (CRP-22), Pernambuco (CRP-02) e Alagoas (CERP-15). O objetivo foi aproximar o CFP dos CRPs, especialmente os novos, conhecendo a realidade local no intuito de utilizar abordagens diferentes de articulação.

No período de 4 a 7 de agosto, ocorreu treinamento administrativo do CFP nos Conselhos Regionais de Psicologia da 21ª e 22ª Região, Piauí e Maranhão, respectivamente. Os eventos deram prosseguimento a outras atividades de mesma natureza, já realizadas no CRP-23, Tocantins, nos dias 10 e 11 de abril de 2014. Os CRPs 21, 22 e 23 tiveram seu desmembramento aprovado na Assembleia das Políticas e das Finanças (APAF) em dezembro de 2012.



1.1.5 – Comissões

• CDH

No dia 24 de abril, foram empossados os integrantes da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH-CFP) foram em cerimônia realizada na sede da autarquia.

O colegiado é formado por Vera Paiva (coordenadora), Bárbara de Souza Conte, Marco Aurélio Máximo Prado (MG), Marcos Roberto Vieira Garcia (SP), Maria Aparecida Silva Bento (SP), Rebeca Bussinger (ES), Valter da Mata (BA), Vera Vital Brasil (RJ), Vladimir Stempliuk (DF).

A Comissão estabeleceu quatro eixos prioritários a serem focados nos próximos três anos, escolhidos a partir de sua importância para o momento atual do país. Devem ser trabalhados em profundidade, sem deixar de lado os demais temas ligados aos direitos humanos.

Confira os 4 eixos:

- Violência de Estado
- Racismo e preconceitos étnicos
- Assistência aos usuários de drogas
- Direitos LGBT e enfrentamento às violências de gênero e sexuais



• Direitos da Mulher

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) empossou, no dia 20 de maio, no Hotel Grand Bittar, em Brasília, seus novos membros (21 titulares e sete suplentes) para o triênio 2014-2017. Conforme resultado publicado no dia 8 de maio, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) está em uma das suplências.

O CFP será acionado para participar das reuniões caso uma das sete instituições titulares não possam comparecer às reuniões ordinárias. A convocação da Autarquia será revezada com a do segundo suplente. O CFP atua no CNDM desde 2010. O combate à violência contra as mulheres e a garantia dos direitos femininos é pauta constante nas frentes de atuação do CFP. Foi tema da publicação “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência”, lançada em 2013.

A Professora adjunta do Departamento de Psicologia Clínica (PCL) do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), Valeska Maria Zanello de Loyola, é a representante da Autarquia naquele colegiado.

• Assistência Social

Os novos conselheiros nacionais de Assistência Social tomaram posse, no dia 5 de junho, para a gestão 2014-2016 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Leovane Gregório, assumiu a terceira suplência do segmento Trabalhadores, do qual o CFP faz parte.

Como primeiro e segundo suplentes, assumiram, respectivamente, representantes da Federação Nacional dos Assistentes Sociais e do Conselho Federal de Serviço Social. No total, foram eleitos nove titulares, divididos pelos três segmentos representados – Trabalhadores, Usuários e Entidades – e nove suplentes.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) empossou, no dia 11 de julho, a nova Comissão Editorial da revista Ciência e Profissão para o próximo triênio. Os cinco novos integrantes foram escolhidos dentre os indicados pelos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), representando cada uma das regiões do País. Tais nomes foram aprovados na Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças (APAF), em maio deste ano.

Os novos membros da Comissão Editorial são os (as) psicólogos (as): Francisco José Machado Viana (MG, Região Sudeste), Ionara Vieira Moura Rabelo (GO, Região Centro Oeste), Jadir Machado Lessa (MA, Região Nordeste), Marcelo Gustavo Aguiar Calegare (AM, Região Norte)

e Maria Lúcia Boarini (PR, Região Sul), além da conselheira do CFP Inara Barbosa Leão, que preside o colegiado.

• Combate e Prevenção à Tortura

A presidente Dilma Rousseff deu posse, o dia 25 de julho, no Palácio do Planalto, em Brasília, aos 46 membros (titulares e suplentes) do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Entre os integrantes do Comitê, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) representam os conselhos de classe profissionais. Pelo CFP são os psicólogos Ileno Izídio da Costa (titular) e Elisa Walleska Krüger Alves da Costa (suplente).



• Avaliação Psicológica

No dia 30 de julho, a nova comissão consultiva de avaliação psicológica do CFP tomou posse, na sede do Conselho.

O colegiado é composto, a partir de agora, por João Carlos Alchieri (UFRN), Roberto Moraes Cruz (UFSC), Luiz Pasquali (UnB), Cícero Vaz (PUC-RS), Elton Hiroshi Matsushima (UFF), Neander Abreu (UFBA) e Valdiney Gouveia (UFPB), professores pesquisadores com experiência consolidada na área de avaliação psicológica em diversos âmbitos e processos.

A Comissão tem como objetivo assessorar o CFP em matéria de avaliação psicológica, analisar e emitir pareceres sobre testes psicológicos.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) instalou, no dia 9 de agosto, a Comissão Nacional de Assistência Social. O colegiado é composto por cinco membros: dois conselheiros

do CFP (Rogério Oliveira e Meire Viana) e pelos (as) psicólogos (as): Leovane Gregório, Enrico Braga e Carla Andréa Ribeiro. A iniciativa é inédita no Sistema Conselhos de Psicologia.

O primeiro trabalho da Comissão consistiu em delimitar, revisar e apresentar seus propósitos de acordo com o Planejamento Estratégico proposto para o colegiado, bem como estabelecer as definições dos objetivos, das ações e das atividades para os próximos três anos. A Comissão Nacional de Assistência Social se reunirá uma vez por mês.



• Direitos Humanos

No dia 17 de setembro, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi escolhido para uma das onze vagas destinadas à sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), para o mandato 2014/2016 da instância. A eleição dos novos membros aconteceu nesta terça-feira (16/9), na sede da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), em Brasília.

Para a titularidade no CNDH, o CFP – que recebeu 18 votos das entidades participantes do pleito – indicou a coordenadora da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da autarquia, Vera Paiva. Além do Conselho, foram eleitas titulares entidades de luta por direitos LGBT, população em situação de rua, democratização da comunicação, movimento negro, movimento indigenista e movimento feminista, entre outras (confira lista abaixo). Ao todo, 50 entidades pleitearam vagas para compor o Conselho.

• Memórias da Psicologia

O Grupo de Trabalho (GT) “Memórias da Psicologia Brasileira” realizou, no dia 18 de outubro, sua reunião inaugural na sede do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Além da apresentação dos membros dos colegiados, foram apresentadas as ações realizadas para o projeto Memórias da Psicologia desde 1999 e as novas propostas de trabalho do Planejamento Estratégico do CFP para o tema.

O colegiado é composto pelos membros Ana Jacó, Cristianne Carvalho (Maranhão), Dênis Carvalho (Piauí), Fernando Lacerda (Goiás), Maria Lúcia Boarini (Paraná), Raquel Assis (Minas Gerais). Os cinco últimos representam cada uma das regiões brasileiras, sendo que Carvalho representa a Região Norte. Lacerda e Boarini não puderam comparecer ao encontro.



• Psicologia Jurídica

O Conselho Federal de Psicologia constituiu comissão de especialistas em Psicologia Jurídica para discutir ques-

tões relativas à atuação do profissional psicólogo no sistema de justiça e segurança pública. Busca-se ainda fortalecer a participação da Psicologia e sociedade no controle social, no âmbito da execução penal, visando a ampliação de modelos alternativos de aprisionamento.

A comissão é formada pelos psicólogos: Rodrigo Torres de Oliveira, Silvia Koller, Eliandro Rômulo Cruz Araújo, Maria Augusta Rondas Speller, Vivian Lago, Virgílio de Mattos, Maria José Gontijo Salum, Esther Arantes, Fátima França e Cristina Rauter.

Ao longo deste ano, a Comissão reuniu-se de forma presencial e por telefone a fim de pensar e planejar as ações que serão executadas no próximo ano.

• Psicologia do Trânsito

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi reconduzido pelo Ministério das Cidades (MCid) como membro da “Câmara de Assessoramento de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito” do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), instância que estabelece normas e diretrizes do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). O CFP acompanha os trabalhos desta Câmara desde 2009.

A portaria nº 678, de 22 de outubro de 2014 do MCid nomeou os psicólogos Lucio Fernando Garcia e o vice-presidente do CFP, Rogério de Oliveira Silva, como representantes da autarquia. O mandato dos membros da Câmara tem a duração de dois anos.

As Câmaras Temáticas têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do Conatran. Cada uma delas é composta por pessoas representantes de órgãos e entidades de trânsito da União, dos Estados ou do Distrito Federal e dos Municípios, em igual número, pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito, além de especialistas, representantes de diversos segmentos da sociedade.

1.2 – SAÚDE

1.2.1 – Rol de procedimentos e Planos de saúde

No dia 2 de janeiro de 2014, entrou em vigor o novo rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde (ANS). Com o intuito de orientar a categoria, o CFP publicou em seu site e Facebook, uma nota esclarecendo o que mudou para a Psicologia e reforçou o posicionamento que defende a ampliação para 48 sessões anuais nos planos de saúde em consultas com psicólogas (os).

No dia 24 de junho, a presidente Dilma Rousseff sancionou o Projeto de Lei 6.964/10, que altera a Lei nº 9.656/98, que dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde.

O texto do dispositivo foi elaborado com redação da Medida Provisória nº 2.177/01, que torna obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras e seus prestadores de serviços.

O PL beneficia psicólogos e outros profissionais da saúde por garantir clareza de direitos que devem constar nos contratos de trabalho com operadoras de plano de saúde.

Os ganhos oriundos da sanção do projeto incluem, por exemplo, a definição dos valores dos serviços contratados, dos critérios, da forma e da periodicidade do seu reajuste, e dos prazos e procedimentos para faturamento e pagamento dos serviços prestados. Além disso, prevê penalidade às operadoras pelos não cumprimentos das obrigações estabelecidas.

Para o CFP, o PL aprovado pode contribuir na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos de saúde, além de possibilitar um equilíbrio na relação entre contratantes e contratados.

1.2.2 – CNS

O Conselho Federal de Psicologia participou, em abril desse ano, do Manifesto Nacional do Fórum das Entidades dos Trabalhadores da Saúde (Fentas) que entregou, durante reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS), uma carta ao Ministro da Saúde, Artur Chioro, com reivindicações das categorias. Entre as propostas do

documento estão a criação de um piso salarial de R\$ 10 mil para todos os profissionais da Saúde e uma carreira única para os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Durante a reunião do CNS, realizada entre os dias 08 a 10 de abril, também foram realizadas mobilizações pela aprovação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular 321/2013 (que prevê a aplicação, pela União, de 10% de sua receita corrente bruta na saúde).

Em maio, na reunião ordinária do CNS, com participação do CFP foram discutidos os preparativos para as conferências nacionais de Saúde do Trabalhador, de Saúde e a pauta da saúde nas eleições de 2014. No mesmo mês, foi realizada uma mobilização das Entidades das profissões da Saúde (Saúde +10) que se mobilizaram na Câmara dos Deputados para não aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 358/13), deliberada em 1º turno. A proposição altera os artigos 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde. A proposta é conhecida como “PEC do Orçamento Impositivo”.

1.2.3 – Saúde Mental

Em fevereiro, o CFP publicou uma nota sobre o assassinato do cineasta Eduardo Coutinho, abordando sobre o tratamento da esquizofrenia. Coutinho foi morto pelo filho que sofre com a doença e confessou ter esfaqueado o pai e a mãe – que sobreviveu –, além de ter dado golpes em si mesmo.

Em um dos trechos da nota, a Autarquia destaca que ‘não se pode afirmar que o fato foi causado pela doença e nem que Daniel Coutinho estaria em “surto” no momento do crime. Vale, entretanto, explicar a importância do acompanhamento psicológico dos portadores da esquizofrenia e frisar que a internação não é necessariamente o caminho. O tratamento deve ser realizado respeitando as diretrizes da Lei 10.216/2001, que preconiza o cuidado em meio aberto, sendo a internação o último recurso’.

- **CONAD**

Em abril, o CFP participou da primeira reunião da primeira reunião do Grupo de Trabalho de Regulamentação das Comunidades Terapêuticas do Conselho Nacional de Drogas (Conad). O objetivo do encontro foi criar instrumentos que subsidiem o funcionamento das Comunidades Terapêuticas (CTs).

Durante a reunião foi definido o eixo de ação do GT, o grupo definiu como prioridade a criação de um instrumento normativo a ser aprovado pelo Conad, que subsidie a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 29/11, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que especifica o funcionamento de Comunidades Terapêuticas.

Outro ponto bastante discutido, foi a criação de um regramento que inviabilize quaisquer possibilidades de “institucionalização” do tratamento de usuários ou dependentes de drogas.

Além do funcionamento, natureza e finalidade das CTs, também foram debatidos a adesão e permanência dos usuários, direitos dos dependentes, acolhimento de adolescentes, limites de pessoas acolhidas, vedação de experimentos em CTs, rotina terapêutica, e laborterapia – que consiste em um trabalho com função terapêutica que auxilia na desintoxicação física.

Nesse sentido, o CFP é contrário ao financiamento de CTs com recursos públicos por entender que não deveria ser obrigatória a participação obrigatória dos internos em atividades que tratem de determinada linha religiosa. No entanto, a autarquia defende a importância de fiscalizar o funcionamento destas instituições no de garantir os direitos dos usuários.

O GT falou, ainda, sobre a necessidade de interação com as redes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Além do CFP, esteve presente o secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do MJ, Vitore André Zílio Maximiano, e representantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), da Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e da Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas (Confenact).

- **Parceria CFP e OAB**

Em maio, no dia 5, a presidente do Conselho Federal de Psicologia, Mariza Monteiro Borges, se reuniu na segunda-feira (5), com o presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinícius Coêlho para debater ações do CFP e da OAB em apoio à luta antimanicomial. Na ocasião, o CFP recebeu o convite para colaborar com a OAB nas inspeções aos manicômios judiciais brasileiros. A ideia, segundo Coêlho, é realizar o mutirão em cada estado do País.

Mariza Borges manifestou apoio e colocou a autarquia à disposição para colaborar na ação, envolvendo os Conselhos Regionais de Psicologia no processo.

A presidente do CFP destacou o histórico dos psicólogos pela humanização da atenção na saúde mental desde antes da criação do conselho. Além disso, ressaltou a forte participação do CFP na implementação da reforma psiquiátrica que redireciona o modelo assistencial para portadores de transtornos mentais, além de lutar pelo fim do isolamento, maus tratos e tortura a que muitas vezes está submetida essa população.

Tanto CFP quanto OAB possuem uma agenda extensa na área e podem, em colaboração, traçar estratégias e apontar soluções para efetivar os direitos humanos no Brasil.

- **Barbacena**

A trágica história do Hospital Colônia de Barbacena, que culminou na morte de 60 mil pessoas, é tema do livro “Holocausto Brasileiro – Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil”, lançado no dia 17 de maio, no Espaço Plínio Marcos, na Tenda na Feira de Artes da Praça Benedito Calixto, em Pinheiros (SP). O evento aconteceu durante a comemoração do 15º aniversário do projeto O Autor na Praça, voltado para difusão de literatura.

Na ocasião, a autora da publicação, a jornalista Daniela Arbex recebeu o Prêmio Carrano de Luta Antimanicomial e Direitos Humanos. Em sua obra, a escritora traz à tona um dos capítulos mais sombrios da história brasileira: as barbáries praticadas com a convivência de médicos, funcionários e também da população no maior hospício do País, localizado na cidade de Barbacena (MG), durante grande parte do século 20.

- 18 de Maio

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), neste dia 18 de maio de 2014, reiterou seu apoio à Luta Antimanicomial no Brasil. O Conselho reconhece as importantes transformações no modelo assistencial operadas pela política de saúde mental das últimas décadas através da Reforma Psiquiátrica e destaca a importância dos movimentos sociais que mantêm esta luta viva, ainda inacabada, com velhos e novos desafios no horizonte.

Nesse contexto, o CFP uniu-se à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para realizar uma ação nacional de inspeção aos manicômios judiciais que ainda foram pouco afetados pela Reforma Psiquiátrica brasileira. São instituições que ficaram à margem do avanço das políticas desta área, vistas como lugares de isolamento, muitas vezes de maus tratos e tortura.

Essa ação visa dar visibilidade ao que acontece nos manicômios judiciais e discutir, sob a égide dos direitos humanos e da atenção psicossocial, as práticas punitivas, segregatórias, excludentes, e o cuidado das pessoas que hoje ainda estão nestas instituições sob as condições das mais adversas e contrárias ao modelo assistencial do Estado brasileiro. Tal publicidade também se aplica aos dispositivos e políticas de atenção em saúde mental deflagrados pela Reforma psiquiátrica e consagrados pela Lei 10.216/2001, ao modelo exitoso e alternativo de programas e projetos de atenção integral aos pacientes judiciais (PAI-PJ /MG) e atenção integral ao 'louco infrator' (PAI-LI/GO), ambos estabelecidos pelo Tribunal de Justiça de seus respectivos estados, hoje reconhecidos e recomendados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O CFP, em parceria com a OAB, sistema de justiça, saúde e segurança pública, pretende chamar a atenção dos psicólogos e da sociedade para a reflexão crítica e construtiva, no que tange às práticas institucionais de isolamento e segregação dos portadores de sofrimento mental em conflito com a lei, à falta de assistência e cuidados, ao instituto da medida de segurança e sua manutenção desmedida e à prevalência do "mito da periculosidade", responsável pelo obscurecimento da problemática e seus desafios de inclusão das diversidades com responsabilidade e cidadania.



1.2.4 - Ato Médico

Em consonância com as diretrizes relativas à valorização do profissional de Psicologia e à busca do reconhecimento da profissão, contidas em seu Planejamento Estratégico Plurianual para o triênio 2014-2016, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) intensificou neste ano a luta contra o Projeto de Lei (6.126/13), conhecido como novo Ato Médico. E logrou êxito: diante da mobilização da Autarquia e de outros conselhos profissionais ligados à Saúde, o deputado Eleuzes Paiva (PSD-SP) solicitou a rejeição à proposição, em audiência pública realizada no dia 9 de abril passado, na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Desde aquela data até o fechamento deste relatório, a proposta ainda aguarda definição de novo relator naquele colegiado.

Se não for apreciado até o fim deste ano, quando terminam os mandatos da atual legislatura, a matéria será arquivada.





1.2.5 – TDAH E Dislexia

Está pronto para ser votado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 7.081/10, de autoria do deputado Gerson Camata (PM-DB-ES), que dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) na educação básica.

O deputado João Dado (SDD-SP) apresentou um parecer pela adequação financeira e orçamentária do PL nº 7.081/10. O texto aprovado na Comissão de Educação (CEC) em abril não pode mais ser alterado e, sendo aprovado na CFT seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Como seu trâmite é conclusivo nas Comissões, o PL não irá a Plenário, passando diretamente à sanção da Presidente Dilma.

Contrariando as informações da deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP), ao alegar que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) afirmou “não existir a dislexia, o transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e outros distúrbios”, a autarquia esclarece que não nega que existe a doença, mas faz ressalvas sobre a medicalização exagerada e sem critérios no contexto educacional.

Os argumentos do CFP não contestam a existência da dislexia e do TDAH. A instituição defende, em conformidade com as diretrizes do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, do qual o CFP é signatário, que o projeto de lei em debate está em desacordo com três princípios basilares para que se garanta uma política pública educacional de qualidade: reconhecimento e valorização do SUS; com-

preensão da produção social dos problemas escolares; e objetivos da intervenção psicológica no campo educacional.

Em parecer contrário ao PL, o CFP destaca que o crescimento vertiginoso do consumo de medicamentos receitados para esses transtornos, e consequente incremento da indústria farmacêutica, a aprendizagem e, em geral, os modos de ser e agir de cada indivíduo são tratados a partir de um discurso cuja tônica é a medicalização, sendo esta entendida como um processo artificializante e reducionista, em que “problemas de diferentes ordens são apresentados como doenças, transtornos e distúrbios”.

Segundo o Manifesto lançado pelo Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, a lógica medicalizante deixa claro que “uma vez classificadas como doentes, as pessoas tornam-se pacientes e consequentemente consumidoras de tratamentos, terapias e medicamentos, que transformam o seu próprio corpo no alvo dos problemas que deverão ser sanados individualmente”, desconsiderando as dimensões sócio-políticas envolvidas no tema.

Para o CFP, a aprovação do PL não contribuirá para a melhoria do atendimento educacional, nem para a maior inclusão dos alunos que porventura apresentem indícios de distúrbios e/ou transtornos, principalmente por estar investido de uma lógica medicalizante, embasada em concepções organicistas defasadas, que desconsideram a própria realidade escolar.

O CFP considera que o projeto não está orientado conforme as diretrizes das políticas públicas atuais, as quais visam defender princípios caros à Psicologia e à luta pelos direitos sociais no Brasil, definidos a partir da Constituição de 1988, principalmente o “direito universal à Educação de qualidade, pública, laica, gratuita e socialmente referenciada para todos e todas” e o “reconhecimento e promoção da Diversidade Humana como princípio da Educação”.

1.2.6 – Acupuntura

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) informa que está anulada a sua Resolução nº 005/2002, que reconhece a acupuntura como prática complementar da atividade profissional da Psicologia. Dessa maneira, os (as) psicólogos (as) não estão habilitados para a prática desse tipo de tratamento.

A ação ordinária de anulação de ato administrativo foi iniciada em agosto de 2002 pelo Colégio Médico de Acupuntura – CMA e foi apreciada em todas as instâncias, com trânsito em julgado da decisão do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

No dia 10 de novembro, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) encaminhou aos 23 Conselhos Regionais, a decisão judicial, de 15 de agosto de 2014, que anulou a Resolução CFP 005/2002.

1.2.7 – Álcool e outras drogas

Subsidiar o debate da Comissão de Direitos Humanos sobre internação compulsória de dependentes químicos em unidades terapêuticas no Brasil foi o objetivo da audiência pública realizada no dia 5 de abril, no Senado Federal. O tema é uma das principais controvérsias do Projeto de Lei da Câmara 37/2013, que altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e do Projeto de Lei do Senado 111/2010 que tipifica o uso de drogas.

O requerimento foi feito pelo senador Humberto Costa (PT-PE). Especialistas defenderam uma abordagem acolhedora e intersetorial, tendo a internação em hospitais como último recurso. A psicóloga e colaboradora do CFP, Márcia Totugui, representou a presidente da autarquia Mariza Borges no debate. Para ela, houve um avanço nos diálogos. “Se a comissão continuar nessa linha, teremos um caminho próspero”, estima.

Mesmo com avanços, Márcia Totugui pondera que é preciso dar maior visibilidade à rede de atenção psicossocial. “A política de saúde mental se volta para a questão do uso de drogas, e a rede construída em torno dela é pouco conhecida por quem não é da saúde”, disse. “Falta articulação entre as políticas, pois vemos trabalhos isolados e a saúde acaba assumindo responsabilidades de outras áreas”, completa.

A colaboradora frisou o posicionamento do CFP, enfatizando a necessidade do cuidado com os sintomas da dependência, que é um problema social. “Não podemos cair no erro de uma política reducionista”, alerta. Ela defende a atuação com dependentes feita nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS/AD), com internações programadas para atender o usuário. “A remoção para hospitais gerais seria apenas em momentos de crise, mas sem leitos psiquiátricos”, reforça.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) participou, no dia 25 de agosto, no Senado Federal, em Brasília, de audiência pública sobre a regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha.

Promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o debate abordou com mais ênfase a liberação do uso de medicamentos derivados da droga, com a apresentação de estudos que comprovam os efeitos medicinais de elementos presentes na planta – além dos benefícios no tratamento de sintomas de diversas doenças e síndromes, como câncer, esclerose tuberosa, Síndrome de Rett e autismo. Pais de filhos que possuem recomendação médica para o uso de medicamentos derivados da maconha também participaram da audiência.

Membro da Comissão de Direitos Humanos do CFP presente à atividade, Vladimir de Andrade Stempluk apontou a necessidade de mudança de abordagem sobre a questão das drogas e da dependência química, que passaria do enfoque da segurança pública para o de Saúde Pública. “Se faz necessário, Senador, incorporar de forma inconteste e definitiva o respeito aos Direitos Humanos e os princípios da Reforma Psiquiátrica e da Redução de Danos como marcos teóricos norteadores dos programas e estratégias de prevenção, tratamento, reinserção social de usuários de drogas”, afirmou.

1.3 – DIREITOS HUMANOS

O Conselho Federal de Psicologia, no dia 31 de março, publicou uma nota em apoio à Comissão da Verdade e relembrando os 50 anos do Golpe Civil-Militar. Segundo a Autarquia, se o dito popular diz que a verdade dói, em nosso país a mentira dói ainda mais.

Dói no corpo dos que injustamente são ainda chamados de loucos ou terroristas, na alma das famílias que continuam a perder seus entes queridos para a violência de Estado, que a ditadura militar aprofundou e que as polícias herdeiras daqueles tempos perpetuaram. Dói que “desaparecidos” de ontem e de hoje não possam ser enterrados com dignidade.

Dói que não se tenha consolidado, como em outros países, os museus que exponham a nossa história e memória de períodos totalitários, visitados na Argentina, África do Sul ou Alemanha, espaços que nos permitiriam ensinar que o terror de Estado nunca mais deve se repetir. Dói observar quão raramente se pede perdão pela violência inaceitável.

Dói observar que muitos jovens que cresceram na democracia e não conhecem a história brasileira, resultado da política de silenciamento, defenderiam um golpe contra um governo legitimamente eleito, a arbitrariedade e a tortura depois exposta e amarrada em postes.

Para que o trauma não fique sem a construção de uma representação, para que a história seja escrita posicionada na perspectiva dos direitos humanos e da busca incessante pela paz, para que os que resistiram e sobreviveram às atrocidades de um Estado Tirânico possam escrever seu testemunho, para que os perpetradores da violência ao menos se envergonhem, e, para que a história não se repita como farsa, convidamos os Conselhos Regionais de Psicologia a promover ações ao longo do ano que marca os 50 anos do golpe civil-militar de 1964.

O XVI plenário e seu coletivo ampliado valorizam especialmente a iniciativa da Clínica do Testemunho, iniciativa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, como um importante trabalho que tem exemplificado a inovação e a especificidade da atuação de profissionais psicólogos e psicanalistas que fazem atendimento individual e em grupo aos anistiados e aos familiares de atingidos pela violência de Estado. Todas as ações de psicólogos dedicados ao cuida-

do psicossocial nesse campo devem servir de inspiração em todas as regiões do país – lembrando que essa violência de Estado estende o genocídio indígena de cinco séculos e o racismo herdeiro da escravidão, e desde a ditadura civil-militar nunca deixou de afetar o cotidiano de milhares de famílias e produzir sofrimento, especialmente entre os que têm os seus presos arbitrariamente assassinados e desaparecidos.

No dia 1º de Abril, foi inaugurada uma escultura do busto do ex-deputado Rubens Paiva, em um dos corredores da Câmara dos Deputados. Ele teve o mandato cassado no início do regime militar e desapareceu em 1971, durante a ditadura. A homenagem faz parte das ações que relembram o cinquentenário do golpe militar de 1964 no Brasil.

A presidente do CFP, Mariza Borges, e a psicóloga e coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, Vera Paiva, filha do ex-deputado, participaram do ato que foi marcado por discursos a favor da Lei da Anistia e punição de militares que atuaram durante a repressão.

Em maio, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) esteve presente no Seminário de Perícia Independente em Direitos Humanos, em Brasília. O objetivo foi discutir as diretrizes e ações para a elaboração e estabelecimento de protocolos padronizados de perícia médico-legal, perícia criminalística e análises psicológicas para a produção de prova de denúncias de tortura.

O evento também teve o intuito de fornecer subsídios para cursos de formação de profissionais e instrumentos para apuração de denúncias, por intermédio de Ouvidorias de Polícia e do sistema penitenciário. Para a colaboradora do CFP, Elisa Walleska Krüger, o encontro foi indispensável para fortalecer a política de Direitos Humanos no Brasil.

A pauta central do seminário foi a independência em perícias em casos de tortura. Para isso, foram traçadas diretrizes para fortalecer e aperfeiçoar o modelo existente no País por meio de três Grupos de Trabalho (GT): protocolo de Istambul e padronização de exames em casos de tortura; investigações independentes de denúncias de Direitos Humanos; e a Psicologia e as violações de Direitos Humanos.

O GT da Psicologia e as Violações de DH propôs que equipes multiprofissionais sejam capacitadas a detectar danos

psicológicos advindos da tortura. “Até hoje o foco quando se trata de denúncias de tortura sempre são os danos físicos e materiais”, disse. “Entretanto, é importante salientar que toda tortura é, antes de tudo, psicológica, pois o dano físico também traz consigo a agressão ao psiquismo”, completou.

O seminário abordou, ainda, o papel da mídia no desejo de justiça, que vem sendo acompanhado por violações de direitos humanos.

No dia 29 de Maio, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região (CRP 07, Rio Grande do Sul), promoveu o evento “Esquecer e Silenciar Jamais: Roda de Conversa com Vera Paiva”, na sede do CRPRS, em Porto Alegre. A coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH/CFP) e professora do Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Vera Paiva, foi a debatedora.

No dia 9 de julho, o CFP publicou uma nota de repúdio à decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo inocentou fazendeiro de Pindorama preso em flagrante no ano de 2011 por estupro de menina de 13 anos. A Autarquia veio a público repudiar essa decisão, coerente com o seu compromisso histórico com o fim de qualquer forma de violência, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorrem no Brasil, por ano, cerca de 100 mil casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Desses, menos de 20% chegam ao conhecimento das pessoas encarregadas de tomar providências. Reconhece-se que os pilares que sustentam as redes de abuso e exploração sexual são: a oferta (fruto de vulnerabilidade sócio-econômica e psicológica da vítima) e a demanda (o cliente que se beneficia da impunidade e até mesmo da cultura machista). Ao inocentar o acusado, o Tribunal se confunde como parte da produção da exploração sexual infantil.

• Curso de capacitação

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou, na sede da autarquia, no dia 8 de julho, o curso “A perspectiva dos Direitos Humanos” para os servidores da Casa. O evento foi organizado pela presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do CFP, Vera Paiva, e contou com as pre-

senças de outro integrante da CDH, Valter da Mata, e da presidente do CFP, Mariza Monteiro Borges.

Para ministrar o curso, Vera Paiva apresentou aos funcionários do CFP noções da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), abordagens do quadro dos Direitos Humanos no Brasil, o histórico de violações desses direitos no País, herdadas dos tempos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), e da ausência de punibilidade aos agentes públicos que participaram das torturas no período citado, diferentemente de outros países, como Chile e Argentina.

A presidente do CFP, Mariza Monteiro Borges, elogiou a iniciativa da CDH e destacou a importância dos servidores ficarem atentos sobre a discussão dos Direitos Humanos no Brasil. Segundo ela, “o preço da democracia é a vigilância constante no respeito aos Direitos Humanos”.

No dia 15 de julho, a análise do mapa da violência no Brasil hoje e a banalização da vida foram alguns dos temas discutidos na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal. Na ocasião, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi representado pelo psicólogo Rodrigo Tôres Oliveira, integrante do Coletivo Ampliado do XVI Plenário e especialista em Psicologia Jurídica.

Além de Oliveira, os demais debatedores foram Maurício Sponton Rasi (assessor especial da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça), Cândido Alberto Gomes (professor e representante da Unesco de Juventude, Educação e Sociedade) e Felipe da Silva Freitas (gerente de projetos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR).





1.4 – EMERGÊNCIAS E DESASTRES

A Comissão de Emergências e Desastres do Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou reunião no dia 2 de outubro, na sede da Autarquia, para discutir encaminhamentos na formação de um grupo maior e com representantes em todas as regiões do País para acompanhar as ações de prevenção de desastres. A comissão é representada pelas psicólogas Ionara Rabelo e Eliana Torga.

A reunião deu continuidade ao primeiro encontro, que aconteceu em Belo Horizonte, no qual o vice-presidente do CFP, Rogério Oliveira, fez uma exposição do Planejamento Estratégico da Autarquia, sobre o tópico “Emergências e Desastres”.

No dia 3 de novembro, a Comissão Organizadora da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil (CNPDC) se reuniu em Brasília, no Hotel Saint Peter, para tratar dos encaminhamentos a fim de conhecer a metodologia que será utilizada na Etapa Nacional da 2ª CNPDC e aprovar o seu regimento.

A reunião foi coordenada por Armin Augusto Braun,

diretor do Departamento de Minimização de Desastres do Ministério da Integração Nacional (MI), e Marcelo Schmidt, consultor de Metodologia da 2ª Conferência de Proteção e Defesa Civil. Além deles, estiveram presentes aproximadamente 40 representantes da Comissão de Organização Nacional de diferentes estados, gestores da Defesa Civil, instituições de pesquisa e ONGs.

Segundo a representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP) no encontro, a psicóloga Ionara Rabelo, foi apresentada na reunião a Comissão de Organização Nacional, e um resumo de todas as conferências municipais que iniciaram em novembro de 2013 e culminam agora. Rabelo destaca que mais de 50% de municípios brasileiros e 18 mil pessoas participaram das etapas municipais e estaduais, e que são esperados aproximadamente 1,2 mil delegados para Conferência Nacional. Após essas explicações, foi lido e aprovado o Regimento da CNPDC.



1.5 – EDUCAÇÃO

O plenário do Conselho Nacional de Educação (CNE) realizou, no dia 4 de agosto, em Brasília, audiência pública com dirigentes de instituições educacionais de ensino superior (públicas e privadas) para discutir minuta de resolução que altera dispositivos da Resolução 01/2007 do CNE, a qual estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu em nível de especialização.

Muitos representantes reclamaram do documento de 25 artigos, principalmente em pontos que, segundo eles, privilegiavam as universidades e faculdades (academia) em detrimento daquelas instituições voltadas à profissionalização. Uma das propostas reivindicadas pelas entidades educacionais e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e acatada na relatoria da minuta de resolução foi a inclusão de uma alínea específica para contemplar a Educação Profissional.

O CFP encaminhou ao CNE um conjunto de propostas para modificar alguns dispositivos na minuta do colegiado. Um dos pontos questionados pela Autarquia no documento e ressaltado pela conselheira Meire Viana, que representou o CFP na audiência pública, trata da busca por um melhor entendimento na resolução em torno da Especialização Profissional.



• Sedes

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), representado pelo conselheiro da Autarquia Sérgio Braghini, participou de reunião, em São Paulo, no dia 19 de agosto, a convite do Instituto Sedes Sapientiae. O encontro tratou de discutir a situação dos cursos credenciados pelo CFP, de acordo com a Resolução 013/07.

Além de Braghini, participaram da reunião, os membros da Diretoria do Sedes (Carlos Lichtsztejn, Dalka Chaves de Almeida Ferrari, Geórgia Vassimon, Maria Cristina Perdomo, Maria Laurinda Ribeiro de Souza, Pompéia Maria Bernasconi e Vera Luiza Horta Warchavchik) e representantes dos cursos credenciados pelo CFP: Paulo Machado (Curso Jung e Corpo), Maria Luiza Persicano (Formação em Psicanálise), Maria Dolores Tolói (Psicodrama), Luciana Angelo e Marina Gusson (Psicologia do Esporte), Sonia Neves e Rubens Volich (Psicossomática Psicanalítica).

A Resolução 13/07 do CFP institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. No encontro com a Diretoria do Sedes, foi abordado que, dos 35 cursos do Instituto Sedes Sapientiae, 5 são credenciados no CFP desde 2000.

• Termo de Cooperação

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) – representado pela presidente da Autarquia, Mariza Monteiro Borges – participou, no dia 11 de setembro, de audiência com o secretário de Educação Superior, Paulo Speller, para acertar a renovação do termo de cooperação entre o CFP e a SESu/MEC (Secretaria de Ensino Superior), visando o cadastramento de cursos de graduação em Psicologia. O encontro contou com a participação de representante da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do MEC, que será a nova responsável pelo acompanhamento do termo.

O termo de cooperação entre o MEC e o CFP foi celebrado em 14 de abril de 2011, por intermédio da SESu (agora

será a SERES), e assinado em caráter experimental. A Autarquia contribuiu com subsídios para as ações de regulação e supervisão do Ensino Superior nos termos do Decreto 5.773/06, especificamente nas áreas da Psicologia.



O Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizou, nos dias 10 e 11 de setembro, sua 261ª Reunião Ordinária. No encontro, entre os assuntos tratados, destacaram-se a reunião da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos (CIRH) – responsável pela emissão de pareceres para criação de cursos superiores em Saúde (Psicologia, Medicina e Odontologia) – e a proposta de criação do Instituto da Saúde Indígena (INSI) pelo Ministério da Saúde.

• Corte etário

Por solicitação de audiência dos representantes do Conselho Nacional de Educação (CNE) Raimundo Moacir Mendes de Feitosa e Antônio Ibañez, ambos da Câmara de Educação Básica do CNE, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) – representado pela presidente Mariza Monteiro Borges – reuniu-se, na última segunda-feira (6), com os integrantes daquela entidade para discutir a questão do corte etário no ingresso do Ensino Fundamental. Também participou do encontro a Profª Drª Maria Cláudia Oliveira, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB).

O CNE editou resoluções (20/09, 01 e 06/10) que tratam da Educação Infantil e de questões operacionais que

fazem transição do tempo de matrícula, respectivamente. A entidade cita a fixação de datas para matrícula aos que completam 4 e 6 anos até o dia 31/03.

Na reunião, os representantes do CNE pediram ao CFP um parecer sobre a questão. A Autarquia se comprometeu a criar uma comissão, comandada pela Profª Drª Raquel Guzzo, psicóloga integrante do Coletivo Ampliado do XVI Plenário (Educação Social), com a colaboração de outros profissionais (entre eles, Maria Cláudia Oliveira) para a elaboração de um documento técnico.



• GT Especialidades

O Grupo de Trabalho (GT) Especialidades do Conselho Federal de Psicologia (CFP) se reuniu, no dia 26 de setembro, na sede da Autarquia, conjuntamente com os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) e Núcleos Formadores em Psicologia, para debater a proposta do Marco Regulatório dos Cursos de Pós-graduação Lato Sensu Especialização, elaborada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Além disso, também discutiu sobre a Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Federal e concedida pela 20ª Vara da Justiça Federal, em agosto passado, sobre a suspensão do CFP em emitir credenciamento e reconhecimento dos Cursos de Especialização.

O debate contou com a presença dos conselheiros do CFP: Jefferson Bernardes, Inara Barbosa Leão, Bárba-

ra Conte, Vera Morselli e Meire Viana. Além deles, também participaram conselheiros e conselheiras de CRPs, representantes dos Núcleos Formadores de Psicologia e a presidente da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), Ângela Soligo. A preocupação no debate foi produzir propostas visando o acompanhamento da Ação Civil Pública do Ministério Público Federal contrário ao credenciamento de cursos de especialização pelo CFP, assim como, produzir propostas de modificação do Marco Regulatório a serem discutidas em audiência com o relator da proposta do Prof. José Eustáquio Romão no próximo dia 08/10 na sede do CNE.



• Audiência CNE

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) – representado pelos conselheiros Jefferson Bernardes e Meire Viana – participaram, no dia 8 de outubro, no Conselho Nacional de Educação (CNE), de audiência com o relator da proposta do Marco Regulatório dos Cursos de Pós-graduação Lato Sensu Especialização do CNE, José Eustáquio Romão.

Na audiência, os conselheiros do CFP entregaram o documento produzido em reunião no último dia 26 de setembro com a Associação Brasileira de Ensino e Psicologia (ABEP), CRP's e os Núcleos Formadores credenciados pelo Sistema Conselhos/ABEP. Romão informou que vai submeter as sugestões à Comissão de Educação Superior, que analisará as propostas apresentadas.

A proposta possui como base a complexificação do conceito de Especialização, conferindo ênfase especial à formação em ambientes de trabalho. Neste sentido, propõe duas linhas de ação: constituição da Especialização Profissional (distinta da Especialização Acadêmica) e nova linha de credenciamento, especial por parte do MEC, de instituições educativas profissionais, públicas ou privadas, visando à regulamentação dos cursos de Especialização oferecidos pelas mesmas.



1.6 – CRIANÇA E ADOLESCENTE

Trinta segundos. Esse é o tempo necessário para que uma criança seja influenciada por alguma propaganda na TV. A importância dos jovens no consumo é tanta, que eles representam 80% das compras nas residências. Os dados da pesquisa realizada pelo IBGE (2003) foram ressaltados no dia 15 de abril, durante audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) sobre o Projeto de Lei 702/11, que trata da restrição à veiculação de propaganda de produtos infantis.

O vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Rogério Oliveira, um dos debatedores da mesa, defendeu o fim da publicidade voltada às crianças. Segundo ele, informes publicitários tratam os jovens como “adultos pequenos”, quando na verdade são sujeitos vulneráveis aos apelos da mídia e que estão em processo de formação de caráter.



• Seminário

Discutir a redução da idade penal e suas consequências foi o objetivo do Seminário Estadual sobre Redução da Idade Penal, que ocorreu dia 16 de maio, em Macapá (AP). O evento contou com cerca de 400 pessoas, a maioria contrária à redução e favorável ao fortalecimento, bem como a melhoria das medidas socioeducativas. O CFP foi representado pela psicóloga Dorotéia de Cristo, como secretária da Região Norte.

O encontro possibilitou um debate crítico sobre as políticas públicas aplicáveis a esse público, levando em conta o histórico de mobilização social na defesa e garantias dos direitos de crianças e adolescentes. As condições precárias das internações para adolescentes que cometem atos infracionais também foi ponto de discussão.

• Casos de subtração

Visando melhorar a compreensão dos (as) profissionais de Psicologia sobre a Convenção de Haia e casos de subtração, foi realizado, no dia 30 de maio, o seminário “O Papel da Psicologia nos Casos de Subtração Internacional de Crianças à Luz da Convenção de Haia de 1980”. O evento foi organizado pela Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e contou com o apoio do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

• 24 anos do ECA

No dia 13 de julho, o Conselho Federal de Psicologia publicou nota saudando os 24 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), completos no último domingo (13/7).

O principal instrumento de construção de políticas públicas para a promoção e garantia dos direitos da infância se consolidou, paulatinamente, como referência mundial em legislação voltada ao segmento – que corresponde atualmente a 33% da população brasileira.

Apesar dos inúmeros desafios para sua efetiva implementação, a promulgação do Estatuto, em 1990, contribuiu sobremaneira para que crianças e adolescentes brasileiros se tornassem sujeitos de direitos ao estabelecer diretrizes para o atendimento à saúde, à educação e à convivência familiar, além de protegê-los contra violações de direitos humanos.

• Semana Psi

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), representado pela presidente Mariza Monteiro Borges, participou, no dia 25 de agosto, em Brasília, no auditório do Centro Universitário UDF, da I Semana de Psicologia da entidade. O tema da palestra foi “Repensando a Avaliação e a Intervenção na Psicologia” e, além de Mariza, os demais expositores foram o professor de Psicologia Harmut Gunther (UnB) e o psicólogo Danilo Pereira (presidente do IBNeuro – Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Ciências Cognitivas).

Depois da exposição, a presidente respondeu questionamentos dos estudantes de Psicologia sobre o PL das 30 horas, piso salarial, neurociência, gerontologia e outras áreas que têm afinidades com a Psicologia.



• Medicalização

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) participou, no dia 18 de outubro, do “II Seminário Interno do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade: Colocaremos nossa energia em quê?”, que discutiu a interface do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade no enfrentamento à medicalização. Realizado em Belo Horizonte, no Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, encontro proporcionou o debate sobre o momento político atual da sociedade brasileira, o papel dos movimentos sociais e o histórico do Fórum na luta contra a medicalização.

Segundo Carolina Freire, representante do CFP no Fórum, entre as pautas debatidas estiveram as formas de se manter a luta sem perder a lógica anti-institucionalizante acerca da medicalização, e a cooptação pelo poder centralizador ou sua estatização.

1.7 – DIVERSIDADE SEXUAL

A Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CNDH/CFP) esteve presente no VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH, que ocorreu de 7 a 9 de maio, na cidade de Rio Grande (RS). O evento contou com a participação de pesquisadores (as), psicólogos e estudantes de diferentes partes do Brasil e da América Latina.

Com o tema “Práticas, Pedagogias e Políticas públicas”, esta edição do Congresso teve como objetivo refletir sobre as questões ligadas à diversidade sexual e de gênero em conexão com processos educacionais, levando em conta que todo artefato cultural é portador de pedagogias do gênero e da sexualidade. Realizado fora do eixo das capitais, a intenção foi aproximar as discussões do evento de países latino-americanos, especialmente Uruguai e Argentina, que fazem fronteira com o Rio Grande do Sul.

• Resolução 01/99

No dia 14 de maio, a Comissão Nacional de Direitos Humanos e Minorias da Câmara rejeitou na quarta-feira (14) requerimento de audiência pública para debater a Resolução CFP nº 01/99, que orienta psicólogos (as) a não usar a mídia para reforçar preconceitos nem propor tratamento para cura da homossexualidade, que deixou de constar no rol de doenças classificadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) há mais de 20 anos.

O requerimento, proposto pelo deputado Henrique Afonso (PV/AC), foi apreciado na reunião deliberativa da CNDH. No momento da apreciação da pauta, o deputado Jean Willys (PSOL-RJ) pediu destaque e, assim, o requerimento foi votado em separado, sendo rejeitado pela maioria dos membros presentes.

O Conselho Federal de Psicologia distribuiu, durante a reunião, nota explicativa sobre a posição da autarquia, bem como reforçou ser parte de suas atribuições expedir normativas para o exercício profissional, ao contrário do alegado por alguns parlamentares contrários à Resolução.



• Nota à Veja

Em resposta à coluna de Felipe Moura Brasil, que publicou, no dia 2 de junho, no site da revista Veja, um texto que discute o artigo escrito pelo americano Stephen Baldwin, do Inter-American Institute (IAI) em Liderança Política Prática, também em maio deste ano. No texto, são levantados argumentos contrários ao que chamam de “mitos da homossexualidade” e “proteção de minorias”.

O CFP demonstra preocupação em relação à matéria da Veja e ao artigo em questão.

O CFP esclarece que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão – sendo apenas uma das formas possíveis de vivenciar a sexualidade. Cabe ressaltar que o posicionamento do CFP é também o da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Conselho Federal de Medicina. Dessa forma, a Psicologia como ciência e profissão tem buscado contribuir com o seu conhecimento para enfrentar preceitos patologizantes sobre a homossexualidade.

• Nota técnica

A Comissão de Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) publicou, no dia 11 de agosto, nota técnica que dá parecer indicativo da aplicabilidade da Lei 11.340/2006 às situações de violên-

cia doméstica e familiar sofridas por transexuais femininos e travestis. O documento é resultado de consulta realizada pelo Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região (CRP-16, Espírito Santo) à OAB, em abril deste ano. O CFP emitiu nota apoiando a iniciativa.

Segundo a integrante da Comissão de Direitos Humanos do CFP e conselheira do CRP-16, Rebeca Bussinger, a mobilização que resultou na manifestação da OAB iniciou-se em abril passado, quando o CRP 16 realizou um seminário para marcar os 15 anos da Resolução 001/1999, que estabelece normas de atuação para os (as) psicólogos (as) em relação à questão da Orientação Sexual.

Na ocasião, foram reportados dois casos por um serviço público da cidade de Vitória que atende pessoas vítimas de violência e discriminação: o de um transexual masculino e de um transexual feminino que não tinham conseguido realizar boletins de ocorrência em delegacia na qual afirmavam ter sido vítimas de violência doméstica. Alegavam que o transexual masculino deveria ser atendido em delegacia especializada de violência contra a mulher, e a transexual feminina em delegacia comum.

- **Despatologização**

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) apresentou ao Comitê Intersetorial de Saúde da População LGBT o debate sobre a despatologização do atendimento aos transexuais e travestis no âmbito da política pública de Saúde. Na reunião, que aconteceu nos dias 14 e 15 de agosto, em Brasília, foram tratadas também as metodologias e estratégias de participação da população LGBT nas etapas preparatórias da 15ª Conferência Nacional de Saúde.

O papel do (a) psicólogo (a) na equipe multiprofissional que atua nos Ambulatórios para Travestis e Transexuais (TTs) da rede pública de saúde é um tema em discussão no Sistema Conselhos. O CFP pretende articular o debate ainda junto ao Conselho Federal de Medicina (CFM), à categoria dos psicólogos, ao Ministério da Saúde, aos pesquisadores e pesquisadoras e aos representantes do movimento social de travestis e transexuais.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou em novembro uma campanha de comunicação em apoio à luta pela despatologização das identidades trans e travestis, com a realização de um debate online sobre o tema. Profissionais da psicologia, pesquisadores e pesquisadoras, ativistas, pessoas transexuais e travestis foram convidados (as) a debater o fazer psicológico no processo de transexualização à luz dos Direitos Humanos e o panorama dos debates políticos em torno da luta no Brasil e no mundo. No início de 2015, serão lançados materiais audiovisuais.

“A instalação de um debate sobre despatologização das experiências transexuais e travestis se faz urgente desde que as ciências têm produzido um conjunto de mecanismos e práticas classificatórias e discriminatórias sobre esses corpos e suas sociabilidades”, diz o psicólogo Marco Aurélio Máximo Prado, membro da Comissão de Direitos Humanos do CFP. Ele explica que a intenção de produzir os materiais é dar visibilidade a diversas vozes sobre as experiências culturais, políticas e subjetivas de gênero e sexualidade. A campanha marcou também o Dia Internacional de Luta Internacional pela Despatologização das Identidades Trans, comemorado no dia 18 de outubro.

1.8 – RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Conselho Federal de Psicologia participou, no dia 23 de maio, em São Paulo, do 1º Encontro Bilateral Brasil-China em Comunicação Científica. O evento reuniu editores de periódicos e profissionais de comunicação científica da China e do Brasil com o objetivo de intercambiar ideias, informação e experiências em editoração, publicação e disseminação de periódicos com ênfase na promoção da visibilidade internacional.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) participou do IX Congresso Iberoamericano de Psicologia e do 2º Congresso

da Ordem dos Psicólogos Portugueses, realizados em Lisboa (Portugal) entre os dias 9 e 13.

O evento foi importante para ampliar a atuação da autarquia e o alcance das atividades dos psicólogos no Brasil e no exterior, a participação no 5º Encontro da PSI- CPLP, também realizado em Lisboa, possibilitará a estruturação de projetos de cooperação e intercâmbio entre os países. O encontro contou com membros da Direção da Ordem dos Psicólogos e foi realizado na sede da CPLP.

1.9 – DIREITOS REPRODUTIVOS

Em continuidade da defesa à promoção da saúde integral da mulher, bem como, em atenção e reconhecimento de sua autonomia e diversidade, o CFP produziu e publicou, em 26/09/14, nota de repúdio contra a revogação da Portaria MS nº 415 pelo Ministro da Saúde, Sr. Arthur Chioro. A referida Portaria inovou ao permitir a realização de procedimentos de aborto, nos casos previstos em lei, em rede credenciada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sob registro específico fixado em tabela.

A iniciativa em questão permitiu às gestantes a realização de aborto, em condições médicas seguras, nos casos de anencefalia, gravidez de alto risco e nas situações em que foram vítimas de agressões sexuais por meio de força física e/ou abuso sexual. A formalização deste procedimento, prevista na Portaria MS nº 415, também permitiria maior segurança às mulheres, dignidade e respeito diante de uma difícil decisão, garantindo o seu direito a não prorrogar uma situação de vulnerabilidade e que pode levar ao desgaste físico e emocional.

Dessa forma, o Conselho Federal de Psicologia manifestou seu posicionamento de forma contrária à revogação da Portaria, pressupondo que, uma vez tomada a decisão pelo aborto, as mulheres devem ter o direito de serem amparadas de forma adequada, em termos de segurança e assistência à sua saúde. Ademais, o CFP considera a relevância de que estas possam ser beneficiadas com assistência de caráter psicológico para enfrentamento de uma situação que impacta, sobremaneira, as expectativas, o planejamento e a estrutura familiar dos envolvidos.

Ainda no tocante a este tema, foi produzida ainda nota com posicionamento do CFP sobre o aborto para envio ao Grupo de Estudos sobre o Aborto (GEA). A título de esclarecimento, o GEA trata-se de uma entidade multidisciplinar criada em Junho de 2007, que reúne médicos, juristas, antropólogos, movimentos de mulheres, psicólogas, biólogos e outras atividades.

• Aborto

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio de sua representante, a Prof. Dra. Valeska Zanello, participou, no dia 16 de agosto, em São Paulo, do Seminário com Associações e Conselhos Profissionais, na Defensoria Pública de São Paulo. O objetivo do evento, organizado pelo Grupo de Estudos sobre o Aborto (GEA), foi verificar como o tema “aborto no Brasil” é trabalhado (ou não) nestas entidades e quais estratégias podem ser lançadas para aprofundar a discussão com a sociedade civil.

Já no dia 31 de outubro, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) – representado pela professora de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), Drª Valeska Zanello – participou, da reunião do Grupo de Estudos sobre o Aborto (GEA), que tratou sobre “Aborto previsto em lei e aborto inseguro, barreiras no acesso e perspectivas, redução de danos”. Especialistas apresentaram pesquisas sobre o funcionamento dos serviços de aborto legal e os procedimentos que têm sido realizados.

1.10 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) marcou presença na abertura do I Seminário Regional Psicologia e o SUAS, realizado em 2 de junho, em Juiz de Fora (MG). O objetivo do encontro foi aprimorar a atuação profissional em equipe interdisciplinar, e também discutir as especificidades da atuação profissional na Proteção Básica e Especial.

O vice-presidente do CFP, Rogerio Oliveira, participou da mesa de abertura. O evento contou com um painel sobre o “Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as equipes de referência: a interdisciplinaridade nas redes de proteção” e outro sobre a “Psicologia no SUAS”.

O I Seminário Regional é fruto dos debates do Grupo de Trabalho Psicologia e SUAS, que se reúne na Subseleção Sudeste do CRP-MG desde 2012 e conta com psicólogos de Juiz de Fora e região, que atuam nas redes pública e privada.

O evento foi realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Juiz de Fora e pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-04), em parceria com a Faculdade Machado Sobrinho e a Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso).

• Transferência de renda

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) participou, entre os dias 11 e 14 de agosto, em Brasília, das reuniões da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e da 225ª reunião do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

A Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda foi criada em 2011 pelo CNAS e é composta por seis conselheiros eleitos pela plenária do Conselho. É um órgão normativo e deliberativo, que tem por finalidade subsidiar o Colegiado no cumprimento de sua competência: acompanhar os benefícios e transferência de renda executadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; acompanhar e fomentar os conselhos de Assistência Social dos estados, municípios e Distrito Federal no exercício da atribuição de instância de controle social do Programa Bolsa Família e do controle social dos Benefícios Eventuais.

Representantes da Comissão Nacional de Assistência Social do Conselho Federal de Psicologia (CFP) participaram, nos dias 12, 13 e 14 de setembro, das reuniões das Coordenações Executiva e Nacional do Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS), em Brasília.

Pelo CFP, os representantes foram a conselheira Meire Viana e os psicólogos Enrico Braga e Leovane Gregório. Segundo Meire Viana, uma das pautas principais da reunião foi a discussão sobre a Resolução 09/2014, do Conselho Nacional de Assistência Social, que reconhece e ratifica as ocupações e áreas de ocupações dos trabalhadores de nível fundamental e médio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sobre a resolução, os participantes destacaram que alguns pontos estariam conflitando com outras profissões, apresentando-se assim como um documento que precisa ser debatido por categorias de nível superior que compõe obrigatoriamente e preferencialmente as equipes do SUAS.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) – representado pela psicóloga Carla Andréa Ribeiro, integrante da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) da Autarquia – participou da oficina de discussão sobre “As relações entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema de Justiça”, no dia 22 de outubro. O evento aconteceu na sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre (RS). Na semana seguinte, dia 27 de outubro, em Cuiabá, o psicólogo Leovane Gregório, representou a CONPAS.

A Coordenação Nacional e Executiva do Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS) se reuniu nos dias 07, 08 e 09 de novembro, em Brasília. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi representado pelos psicólogos Enrico Braga e Leovane Gregório, que são integrantes da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Nacional (CONPAS) da própria Autarquia.

Entre os temas debatidos destacam-se: a revisão/atualização do plano nacional de lutas dos trabalhadores, a discussão sobre a Resolução de nº09/14 do Conselho Nacional de Assistência Social que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do SUAS; além da Mesa Nacional de Gestão do Trabalho.

1.11 – QUESTÃO RACIAL

O Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade (CEERT) lançou, no dia 17 de julho, em São Paulo, o projeto “Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente na Promoção da Igualdade Racial”, com a presença de nomes de referência não só na luta pela equidade entre as raças, mas também de profissionais envolvidos com questões pertinentes à criança e ao adolescente.

Com patrocínio da Petrobras, a proposta do projeto é caracterizar o racismo na infância como forma de maus tratos, e prevê a elaboração de materiais e atividades de formação presencial, com seminários regionais, e um curso à distância voltado aos conselheiros tutelares – principal interlocutor do projeto – e a todos os profissionais do sistema de garantia de crianças e adolescentes.

Compuseram a mesa do evento Hédio Silva Jr., Diretor Executivo do CEERT; Mariza Monteiro Borges, Presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP); Antonio Carlos Malheiros, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Luiz Flávio Borges D’Urso, Diretor de Relações Institucionais da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB/SP); Belo Manguiera, Cônsul-Geral de Angola; Antonio da Silva Pinto, Secretário da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR); Solange Agda, Vice-presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de São Paulo; Elisa Lucas, Coordenadora de Políticas para a População Negra e Indígena da Secretaria de Justiça de São Paulo; Daniel Teixeira, integrante do CEERT e Coordenador do Projeto, e a Segunda Secretária do Consulado-Geral de Angola, Luzia dos Anjos.

• Resolução 18/2002

O Grupo de Trabalho (GT) de Relações Raciais do Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou reunião no dia 9 de agosto, na sede da Autarquia, para discutir formas de divulgação e conhecimento da Resolução 18/2002, que estabelece normas de atuação para os(as) psicólogos(as) em relação ao preconceito e à discriminação racial. No encontro, também foram discutidos o encaminhamento da pesquisa para mapear os(as) psicólogos(as) negros(as), indígenas e quilombolas, como ação afirmativa, e a divulgação da cam-

panha: “o preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer. Basta! A Psicologia contra o racismo”, a ser realizada a partir de setembro, e que culminará com um evento nacional no mês de março do próximo ano.

• Capacitação

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou no dia 18 de setembro, oficina de capacitação sobre Racismo Institucional para o seu quadro de funcionários em Brasília. A oficina, que durou todo o dia, contou com mesas de debates sobre a contextualização das relações raciais no país, direitos humanos e a igualdade racial e, ainda, acerca da subjetividade e racialidade nas instituições.



O Ministério da Saúde, por meio das secretarias de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde (SGTES) e de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), lançou, no dia 22 de outubro, em Brasília, o módulo sobre a ‘Saúde Integral da População Negra’ do curso de educação à distância ofertado pela Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS).

A Gerência de Relações Institucionais do CFP participou da cerimônia de lançamento do curso, que contou com a participação do Sr. Ministro de Estado da Saúde Arthur Chioro; do Secretário Executivo da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS), Francisco Eduardo de Campos; do Gerente de Projetos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Felipe da Silva Freitas; do Diretor de Desenvolvimento da Educação em Saúde do Ministério da Educação (DDES/MEC), Vinicius Ximenes Muricy da Rocha; do Diretor do Departamento de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (DEGES/MS), Alexandre Medeiros de Figueiredo e do Secretário de Gestão Estratégica Participativa do Ministério da Saúde (SGEP/MS), André Luis Bonifácio de Carvalho, além de lideranças de entidades e organizações do movimento negro.

1.12 – LAICIDADE

Foi deliberada na reunião da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), no dia 31 de maio, a versão final da nota técnica que expõe o posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia em relação à laicidade.

O Grupo de Trabalho Nacional “Psicologia, Religião e Laicidade” do XVI Plenário apreciou as alterações propostas na Nota Técnica conforme deliberação na APAF de dezembro de 2013.

O GT é composto pela conselheira federal Madge Porto e por representantes dos conselhos regionais do Distrito Federal (CRP-01), Minas Gerais (CRP-04), Rio de Janeiro (CRP-05), São Paulo (CRP-06), Rio Grande do Sul (CRP-07), Pará e Amapá (CRP-10), Espírito Santo (CRP-16) e Amazonas (CRP-20).

1.13 – COMUNICAÇÃO

Uma série de debates sobre a digitalização da comunicação teve lugar no dia 15 de abril, durante o I Pré-Fórum Brasil de Comunicação Pública, realizado em Brasília (DF). A primeira mesa, que abordou a comunicação pública e a reserva de espectro, contou com a participação do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Este foi o primeiro de três eventos preparatórios para o Fórum Brasil de Comunicação Pública 2014, previsto para novembro deste ano com a intenção de discutir os desafios da comunicação pública e a garantia deste direito no Brasil.

Além de organizações da sociedade civil, foram convidados para a primeira mesa o Ministério das Comunicações, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Os trabalhos foram coordenados pela deputada federal Luiza Erundina (PSB/SP), presidente da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (Frentecom).



A Semana Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação, inicialmente agendada para o período de 13 a 18 de outubro, acabou se estendendo até o dia 24 do respectivo mês com a realização de várias ações em 12 estados e no Distrito Federal.

Promovida pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e outras entidades desde 2003,

a Semana Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação procura ampliar o dia Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação, 17 de outubro (relacionado ao Media Democracy Day, ou Dia da Democracia na Mídia, que em vários países ocorre no dia 18 de outubro).

O Conselho Federal de Psicologia tem, dentre as políticas apresentadas em seu Planejamento Estratégico, ações voltadas para a proteção dos direitos da população na sua relação com a mídia. Para isso, a autarquia integra a coordenação executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e acompanha outras instâncias, como o Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para a Classificação Indicativa (CASC – Classind) do Ministério da Justiça.

Além disso, o CFP emite pareceres para auxiliar na análise de processos diversos relacionados com publicidade e mídia, conforme convênio firmado com a Senacom (Secretaria Nacional do Consumidor – Ministério da Justiça).

1.14 – DIA DO PSICÓLOGO

Integrantes do XVI Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) participaram de diversos eventos em comemoração ao Dia do(a) Psicólogo(a), em 27 de agosto, pelo País. No dia 27, a presidente do CFP, Mariza Monteiro Borges, participou de solenidade na Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Ainda pela manhã ministrou, no Campus da Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto, a conferência “Panorama da Psicologia no Brasil”, organizada pela Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). À tarde, tratou do mesmo tema na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Os conselheiros federais Rogério de Oliveira (vice-presidente) e Eliandro Araújo participaram, no Conselho Regional de Psicologia da 22ª Região (CRP-22, Maranhão), em São Luís, do debate “Democracia e participação no sistema de Conselhos”. Rogério participou de uma das mesas temáticas, “Democracia e Participação”, junto com a presidente do CRP-22, Nelma Pereira da Silva. O evento foi acompanhado por profissionais e estudantes.

O conselheiro-tesoureiro do CFP, Sergio Braghini, proferiu palestra no Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio,

em Itu (SP), para estudantes e professores, sobre Temas Contemporâneos da Psicologia. Ele discutiu a importância do tema dos Direitos Humanos na atualidade e apresentou a Comissão de Direitos Humanos e seus objetivos, além do trabalho que o CFP, com um todo, vem desenvolvendo.

A secretária do CFP, conselheira Maria da Graça Jacques, esteve na mesa de abertura da 8ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia, no Rio de Janeiro, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Além de Maria da Graça Jacques, estiveram na mesa o presidente do Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região (CRP 05, Rio de Janeiro), José Novaes, com o representante do Sindicato dos Psicólogos do RJ (SINDPSI-RJ) e a diretora do Instituto de Psicologia da UERJ, Rita Maria dos Manso de Barros.

No dia 28, a conselheira Meire Viana participou, no plenário da Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor), de sessão solene em comemoração ao Dia do(a) Psicólogo(a). O evento foi proposto pelo vereador Evaldo Lima (PCdoB).

A psicóloga Ângela Pinheiro, que falou em nome dos (as) psicólogos (as) homenageados na sessão solene, defendeu a efetivação dos profissionais através de concurso público e a participação dos psicólogos, com compromisso e ousadia, no fortalecimento da sociedade brasileira. “Considero o exercício da Psicologia um processo contínuo que vem se renovando. Vejo o exercício da profissão como um sacerdócio dedicado à sociedade brasileira”. Ela também destacou o apoio dado à categoria tanto pelo Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região (CRP-11, Ceará) como do Conselho Federal de Psicologia (CFP).





1.15 – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A Psicologia e a Fonoaudiologia celebraram, no dia 28 de maio, na sede do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a formalização de um acordo de cooperação técnica que possibilita o uso do instrumento o teste Neupsilin, que avalia processos cognitivos - no trabalho das duas profissões. Estavam presentes na reunião o conselheiro do CFP, João Carlos Alchieri, a vice-presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), Maria Cecília de Moura, o diretor tesoureiro do CFFa, Jaime Zorzi e os advogados do CFP e CFFa, Guilherme Vilela e Rodney Lassar, respectivamente.

A criação de um grupo de trabalho foi acordada na reunião para finalizar os entendimentos sobre o processo, por meio da elaboração de um documento conjunto que visa estabelecer a definição de critérios comuns para uso de instrumentos em neurociência pelas duas categorias da saúde. A ideia é que o GT seja mantido para discutir questões correlatas no futuro.



- **Polícia Federal**

Em 16 de julho de 2014, foi realizada reunião entre Conselho Federal de Psicologia e a Polícia Federal com o intuito de alinhar procedimentos relativos ao credenciamento de psicólogos pelo Departamento de Polícia Federal, para fins de expedição de atestado de aptidão psicológica para manuseio de arma de fogo. Participou o Conselheiro João Carlos Alchieri (CFP), o Delegado de Polícia Federal-Chefe da DARM/DIREX - Tony Gean Barbosa de Castro, a Delegada de Polícia Federal Anna Flavia Michelin e a Psicóloga da Polícia Federal Maria Cristina dos Reis Santiago.

Nessa reunião, discutiu-se a possibilidade da Polícia Federal aproveitar o 'Termo de Visita' elaborado pelos Conselhos Regionais. Nos casos em que os CRPs façam os termos de visita, a PF poderia considerá-los, de forma a evitar o retrabalho de fiscalização. Foi sugerido, ainda, adotar o 'Termo de Visita' como critério para credenciamento na Polícia Federal. Para tanto, realizou-se um mapeamento do processo de fiscalização de clínicas e psicólogos credenciados para porte de arma. Além disso, foi discutida a necessidade de mudança das normativas do CFP para avaliação psicológica para porte de arma, visando adequá-las à legislação da Polícia Federal e articulação de ações para o processo de capacitação e formação continuada dos psicólogos que trabalham com avaliação psicológica para porte de armas. Após discussão em Plenária, o encaminhamento foi de negociar, junto à Polícia Federal, a elaboração de um novo projeto para avaliação psicológica para porte de armas de fogo.

Em reunião, no dia 20 de agosto de 2014, acordou-se com a Polícia Federal que, dadas as características do trabalho dos fiscais, o 'Termo de Vistoria' dos CRPs terá o mesmo peso do termo da Polícia Federal e que os delegados do Brasil seriam informados por memorando dessa possibilidade. Outro encaminhamento foi a realização de uma pesquisa conjunta entre CFP e PF com objetivo de conhecer a realidade da atividade profissional dos psicólogos no país. A enquête da pesquisa tem previsão para ser lançada no mês de outubro.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) manifestou publicamente seu repúdio em relação à abordagem do pro-



grama Fantástico, da TV Globo, que expôs, em matéria veiculada no dia 17 de agosto, aspectos do resultado da avaliação psicológica de Suzane von Richthofen.

O CFP considera que, ao tratar tal tema de forma descuidada, a emissora atenta contra a dignidade humana – ferindo o direito de preservação de intimidade, vida privada, honra e imagem de Suzane.

Em maio, a matéria não foi veiculada por decisão da Justiça de São Paulo e, na ocasião, o CFP também se manifestou de forma contrária à exposição. À época, a autarquia também alertou a TV Globo e se colocou à disposição para esclarecimento da matéria.

Ao privilegiar o sensacionalismo em detrimento da promoção da cidadania, tal conduta colide com os pressupostos do exercício da comunicação social. Por isso, o CFP atua ativamente para a promoção da democratização da comunicação, no intuito de contribuir para a construção um sistema de comunicação descentralizado, diverso e plural.

Informamos, ainda, que esta autarquia encaminhou o presente documento à emissora em questão, além de enviar ofício ao Conselho Regional de Psicologia de origem para que tome as devidas providências administrativas e éticas com relação aos profissionais psicólogos envolvidos na matéria.

1.16 – 30 HORAS

A presidente Dilma Rousseff, no dia 17 de novembro passado, vetou o Projeto de Lei Projeto de Lei nº 3338, de 2008, que prevê a redução da jornada de trabalho da categoria profissional da Psicologia sem redução salarial. Durante, o ano de 2014, e, enquanto o veto não for votado pelo Congresso Nacional, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) continuará as intensas mobilizações que têm feito nesse ano.

No dia 20 de novembro, O CFP enviou um ofício aos presidentes dos Conselhos Regionais de Psicologia solicitando empenho na mobilização de Deputados Federais e Senadores de seus respectivos estados, além dos parlamentares que compõem a Comissão Mista do Congresso Nacional, pela rejeição ao veto.

• Mobilizações das 30 horas pós-veto

Psicólogos (as) paulistas promoveram, no dia 5 de dezembro, na Câmara Municipal de São Paulo, uma audiência pública contra o veto do governo federal ao Projeto de Lei 3.338/08, conhecido como PL das 30 horas. O psicólogo Cláudio Garcia Capitão representou o Conselho Federal de Psicologia (CFP) na atividade.

No dia 21 de novembro, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) divulgou, durante o IV Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, um manifesto sobre o veto da Presidência da República ao Projeto de Lei nº 3338/2008, que estabelece a carga horária de profissionais de Psicologia em 30 horas semanais sem redução salarial.

No texto, distribuído aos participantes do evento, a autarquia contrapõe os principais argumentos utilizados na mensagem presidencial que acompanhou o veto, como contrariedade ao interesse público e impacto ao orçamento de entes públicos municipais.

“A rotina laboral de profissionais de Psicologia requer o enfrentamento de uma grande gama de conteúdos emocionais nas mais diversas áreas de atuação. Reduzir a jornada de trabalho de psicólogos(as) serve, portanto, ao interesse de preservar a saúde mental e psíquica desses profissionais e, igualmente, ao empenho de assegurar a qualidade de seu trabalho oferecido à população brasileira”, afirma o texto.

O CFP aponta, ainda, que a jornada de 30 horas já é uma realidade em diversos municípios brasileiros. O Conselho realizou um levantamento de informações que identificou várias gestões municipais que adotaram legislação que prevê a contratação de psicólogos com a referida carga horária.

Durante a atividade “O SUS que temos e o SUS que queremos”, realizada durante a tarde, representantes do CFP entregaram o manifesto à representante do Ministério da Saúde na atividade, Lumena Furtado (foto), que se posicionou contrariamente ao Projeto de Lei. “Nossa posição é contrária à carga de 30 horas para a Psicologia e qualquer profissão da Saúde. Ele não amplia acesso, não ajuda a chegar a todos os espaços do Brasil uma atenção de qualidade. A gente que está na gestão está acostumado a tomar medidas que vão contra o interesse corporativo”, afirmou.

• Manifestações pré-veto

Antes de a Presidência vetar o Projeto de Lei 3.338/08, uma série de mobilizações em torno da proposta. Entre essas, no dia 5 de novembro, mais de uma centena de estudantes e profissionais da Psicologia realizaram ato em Brasília pela sanção da Lei 3338/2008, que estabelece a carga horária de psicólogos (as) em 30 horas semanais sem redução salarial.

Na internet e nas redes sociais, o CFP fez uma mobilização intensa para pressionar a presidente da República, Dilma Rousseff, a sancionar integralmente o projeto. Foram usadas as hashtags #SancionaDilma e #30hPsicologia e realizados Tuitaço e Compartilhaço (Twitter e Facebook, respectivamente).

Paralelo às mobilizações, dirigentes da Autarquia participaram de uma série de audiências em órgãos do Poder Executivo a fim de mobilizar a importância das 30 horas para os psicólogos.





1.17 – TABELA DE HONORÁRIOS

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) lançaram no dia 29 de setembro, consulta pública sobre a atualização da Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos.

Com o intuito de ampliar políticas relativas ao fortalecimento da categoria, a pesquisa pretende produzir um referencial que atenda aos anseios dos psicólogos, contemplando procedimentos atualmente realizados mas ainda não contemplados na Tabela.

A consulta pública foi voltada a todos os conselhos regionais de Psicologia, sindicatos de psicólogos, entidades científicas e profissionais em geral, e ficou disponível no site do CFP até novembro. A Tabela de Honorários é um documento de referência nacional de valores, em reais, não estabelece piso nem teto de preços para os honorários cobrados, cabendo, portanto, a cada profissional psicólogo definir, em comum acordo com a pessoa (física ou jurídica) que solicita seus serviços, os valores a serem cobrados.

1.18 – CREPOP

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, CREPOP tem como objetivo a contribuição e formulação de Referências Técnicas, especialmente, para atuação profissional da(o) psicóloga(o) no campo das políticas públicas.

O CREPOP está estruturado como centro de pesquisa em Rede, com uma instância de Coordenação Nacional, vinculada ao Conselho Federal de Psicologia (CFP), e com unidades locais, sediadas nos Conselhos Regionais. As unidades contam com um técnico e um conselheiro responsáveis pela condução das ações de pesquisa, bem como pela articulação institucional com vistas ao fortalecimento da presença da Psicologia no campo das políticas públicas.

Criado há quase 8 anos, o CREPOP realizou 22 pesquisas sobre a atuação das(os) psicólogas(os) em diferentes políticas públicas. Estas pesquisas têm por objetivo subsidiar a elaboração de documentos de referência técnicas para atuação da categoria nas políticas públicas, por meio do conhecimento produzido pelo psicólogo em seu trabalho. A metodologia de trabalho do CREPOP prima por um processo de construção democrática dos documentos, pois considera a bagagem de saber já construído pela Psicologia nesses campos.

O CREPOP, a partir das pesquisas, possui um acervo de dados e informações sobre o trabalho e a prática profissional de mais de 6.778 psicólogas(os) que atuam nas políticas públicas em todo o Brasil.

Assim, já foram publicados 44 relatórios nacionais, 13 documentos de Referências Técnicas e 2 cadernos com orientações para gestores locais da Política de Assistência e de Saúde.

O CREPOP abriu um espaço de comunicação direto com a categoria, para orientação da atuação, sem o preceito da normatização e da fiscalização. Um espaço de participação para a construção da Psicologia como profissão.

• Pesquisas

Sugeridos pelo Conselho Consultivo do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas e aprovados pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), os temas para as pesquisas do Crepop em 2014 e 2015 foram a Atuação profissional de psicólogos em Direitos Sexuais e Reprodutivos com o levantamento dos Marcos Teóricos e Legais Federais e Estaduais e Atuação profissional de psicólogos em Comunidades tradicionais, Indígenas e Quilombolas.

• Oficina temática

Reunião direcionada aos técnicos de todos os conselhos regionais realizada no dia 08 de outubro de 2014, na sede do Conselho Federal de Psicologia, em Brasília e que teve como objetivo capacitação específica para o tema Direitos Sexuais e Reprodutivos.

A oficina contou com a participação da especialista em Psicologia Social Rebecca Bussinger da Faculdade Estácio de Sá-Vila Velha/ES e da especialista em Saúde mental e Gênero Valeska Zanello do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da UnB/DF. Participaram ainda os pesquisadores do Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação – GPME da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN Pablo Seixas, Feliipe Coelho e Isabel Maria Faria Fernandes de Oliveira.

A reunião nacional do CREPOP foi realizada nos dias 28 e 29 de novembro de 2014, trata-se de encontro anual, promovido pelo Sistema Conselhos de Psicologia dirigido exclusivamente para Conselheiros/as e Técnicos/as de referência integrantes do Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas/CREPOP.



O objetivo geral foi promover o aprimoramento e formação em pesquisa, renovando os compromissos políticos e profissionais dos integrantes da Rede CREPOP.

Os pontos específicos desta reunião foram:

- Alinhamento das rotinas e atividades do Crepop;
- Avaliação sobre os Processos Metodológicos do CREPOP;
- Política Indutora do CREPOP;
- Encaminhamentos sobre a Pesquisa “Direitos Sexuais e Reprodutivos”;
- Encaminhamentos sobre a Pesquisa “Populações Tradicionais, Indígenas e Quilombolas”;
- Calendário de Atividades do CREPOP;
- Financiamento do CREPOP.



1.19 – CONDIÇÕES DE TRABALHO

Salários baixos, más condições nos ambientes de trabalho e demandas que não condizem com o cargo ocupado. Essas são as principais críticas dos psicólogos que atuam no Ceará. O tema foi discutido durante audiência pública realizada no dia 3 de abril, em Fortaleza, que debateu a atuação da categoria que atua nas políticas públicas do estado.

O vice-presidente do CFP, Rogério Oliveira, e o presidente do CRP-11, Elton Gurgel, estiveram no encontro. Também participaram dos debates a deputada e psicóloga Rachel Marques, além de Deborah Antunes, da Associação

Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), Fulvio Robert, do Sindicato de Psicólogos do Ceará (Psindce), Ana Ignez Belém, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), e Ariadine Luz, da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi).

A audiência firmou o compromisso de uma mobilização constante por parte dos conselhos Federal e Regional de Psicologia com os demais órgãos da categoria em prol de melhores condições e gestão de trabalho. A ideia é que a ação seja articulada junto a Associação de Prefeitos do Ceará, Conselho Federal de Serviço Social e Sindicato dos Psicólogos do Ceará.



2 EVENTOS

2.1 – IV CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO (CBP)

O IV Congresso Brasileiro da Psicologia: Ciência e Profissão (CBP), realizado de 19 a 23 de novembro, em São Paulo, mostrou, discutiu e refletiu os impactos da Psicologia na sociedade brasileira e repensou a ciência e a profissão.

O CBP é organizado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb), do qual o CFP faz parte. Esta edição do Congresso teve como tema “Os impactos da Psicologia na sociedade brasileira: a política da Ciência e da Profissão”. Para discuti-lo em seus diferentes aspectos, foram criados três eixos temáticos que contemplam os principais debates:

- Eixo I: Psicologia e Sustentabilidade: cidadania, diversidade e modelos sociais
- Eixo II: Psicologia, formação e práticas profissionais na construção de projetos ético-políticos
- Eixo III: Psicologia e Políticas Públicas no enfrentamento das desigualdades sociais

O Congresso contou com a realização de centenas de atividades em diferentes formatos, como debates, simpósios, oficinas, mini-cursos, apresentação de pôsteres acadêmicos, lançamentos de livros e atrações culturais. O CFP realizou palestras e mesas de conversa acerca dos temas: Psicologia e Justiça, legalização de drogas e atendimento a usuários, educação e direitos humanos, desafios da assistência social, globalização e psicologia, interrupção voluntária da gravidez e memória da Psicologia Brasileira. Participaram representantes da diretoria do CFP, assim como de seu coletivo ampliado e conselheiros da autarquia.

“Penso que a nossa participação no Congresso foi um grande sucesso. Realizamos debates sobre temas que interessam à categoria e à sociedade. Nossa missão foi cumprida, de nos aproximar e ouvir os profissionais acerca dos temas de seu interesse”, destacou Mariza Borges, presidente do CFP.

A autarquia apresentou, durante o evento, a nova Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social, onde foi demonstrada a proposta de trabalho, objetivos, estratégia e calendário para 2015. A comissão foi criada neste ano com vistas a fortalecer a atuação profissional da Psicologia no SUAS – segundo maior segmento dos profissionais de nível superior dessa política pública.

Além disso, o CFP contou com um estande onde foram disponibilizadas milhares de publicações da autarquia – como a versão atualizada do Código de Ética Profissional do Psicólogo, o novo Jornal do Federal e o Planejamento Estratégico Plurianual do CFP, bem como as mais recentes edições da revista Psicologia: Ciência e Profissão. Os participantes do encontro puderam assistir a vídeos com reportagens sobre as atividades realizadas no próprio encontro e ainda ganharam uma foto impressa de lembrança de participação no Congresso.

Na sexta-feira, dia 21, representantes do CFP entregaram manifesto acerca do veto ao PL das 30 horas à representante do Ministério da Saúde, Lumena Furtado, que se posicionou contrariamente ao Projeto.





2.2 – PALESTRA CARL HART NA UNB – APOIO DO CFP

O auditório 12 da Universidade de Brasília (UnB) foi completamente lotado, no dia 15 de maio, por estudantes, profissionais e parlamentares presentes na palestra do neurocientista americano Carl Hart, que veio ao Brasil para ministrar palestra sobre ciência, drogas e a superação de mitos, além de lançar seu livro “Um preço muito alto”.

Em Brasília, o evento foi uma organização da Comissão UnB.Futuro em parceria com a Faculdade de Biologia e a TV Ceilândia, com o apoio do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Segundo o coordenador executivo da Comissão UnB Futuro, Fernando Paulino, este foi o encontro com maior audiência já realizado. Surpreso pela grande participação do público, o neurocientista Carl Hart iniciou sua fala compartilhando um pouco do que aprendeu durante sua última semana no Brasil, e, principalmente, nos seus últimos 24

anos de vida, em relação às drogas e temas afins.

Os danos cerebrais causados pelo uso das drogas, segundo o pesquisador, é exagerado pela maior parte dos neurocientistas e pesquisadores. “Dados mostram que o desempenho cognitivo de usuários não está fora da normalidade, pelo contrário”, afirmou. A noção de que usuários de crack, por exemplo, só têm como objetivo outra dose da droga também foi desmistificada. Em pesquisa que realizou em sua universidade com alguns usuários, foi constatado que entre a droga ou uma nota de 20 dólares, os participantes preferiam o dinheiro em todas as ocasiões, sendo que a maioria o usava para outros fins que não a compra de drogas. “Isto vai contra a literatura científica, que diz que pessoas com danos cognitivos não conseguem se engajar em planejamentos de longo prazo”, disse.



2.3 – OFICINA DE CONCILIAÇÃO

A Oficina Nacional de Conciliação reuniu, nos dias 10 e 11 de outubro, cerca 60 integrantes dos Conselhos Regionais, entre membros da COE, COF e fiscais, para debater e avaliar os procedimentos de Conciliação e Mediação em processos éticos. As discussões sobre a temática da Oficina serão sistematizadas e encaminhadas aos Plenários dos Conselhos Regionais de Psicologia (CFPs) para a ampliação e aprofundamento do debate e posteriormente apresentadas à APAF para apreciação.

Para Nádia Rocha, conselheira do Conselho Federal de Psicologia e responsável pelos GTs de Conciliação e de Revisão da Política de Orientação e Ética, juntamente com a conselheira Maria Augusta Speller, os relatos foram extremamente importantes para o início da discussão. “Foi muito importante a participação dos técnicos, que são aqueles que vivenciam as questões no cotidiano. Nas simulações do segundo dia do evento foram levantados vários aspectos de ordem prática, operacional e de alteração legislativa”, declarou. “Essa oficina é o ponto de partida e pretendemos dar continuidade à discussão. Esse é o início de um debate que nós ousamos pensar”, explica Rocha. Durante a Oficina, foram debatidos, ainda, os momentos ideais e formas de utilização das duas formas de práticas de resolução de conflitos: a Conciliação e a Mediação.

Nádia destaca que os processos éticos tramitam em

um sistema processual, documental, regimental e de prazos que muitas vezes o tornam morosos – até para se garantir a ampla defesa das partes. Para a conselheira, em várias situações é possível que as pessoas se entendam e cheguem a decisões sobre o caso, tornando desnecessária a instauração de um processo ético.

As práticas já foram apontadas como necessárias nas deliberações do VIII Congresso Nacional da Psicologia, realizado em 2013: “O Sistema Conselhos implantará metodologia de mediação e conciliação de conflitos, a fim de alterar o Código de Processamento Disciplinar (CPD), incluindo essas modalidades como possíveis encaminhamentos na fase preliminar de procedimentos ético-disciplinares dos CRPs, bem como, realizar revisão geral do CPD, visando a superar a lógica punitiva e garantindo os direitos dos usuários dos serviços”.



2.4 – TRANSMISSÕES ON-LINE

Em 2014, o golpe militar de 1964 completa 50 anos. Apesar do tempo que passou, ainda se identificam, no Brasil atual, resquícios dessa época em que os direitos eram cerceados e a tortura era o instrumento utilizado contra aqueles que se opunham aos ideais do regime totalitário.

A necessidade de enfrentar os traços desse período que permanecem nas mais variadas formas de expressão na atualidade foi apontada durante o debate on-line “Do Golpe de 1964 à Democracia: em busca das verdades e dos sujeitos” realizado pelo CFP no dia 2 de abril.

A presidente do CFP, Mariza Borges, mediou as discussões, e ressaltou que o CFP, que recentemente conquistou vaga no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, vai continuar contribuindo e trabalhando para a eliminação da tortura em todas as instituições e, principalmente, naquelas de cuidado com a saúde.

Borges disse que este também é um momento de recuperar a própria história da Psicologia para evitar que a profissão perpetue atitudes e comportamentos excludentes. “É um momento de resgatar a história do CFP para evitar que se prolifere na Psicologia um comportamento semelhante aos regimes totalitários”, alertou.



No dia 27 de agosto, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou debate, na sede da Autarquia. O evento fez parte das comemorações do “Dia do Psicólogo”, celebrado na referida data, e discutiu o tema: “O papel do (a) psicólogo (a) no mundo contemporâneo – família, sociedade e trabalho.”

Pela abordagem sobre “família”, a debatedora foi a Profª Drª Júlia S. N. F. Bucher-Maluschke, da Universidade Católica de Brasília. A discussão sobre “sociedade” foi feita pelo Profº Drº Hartmut Günther, da Universidade de Brasília (UnB), e a temática “trabalho” foi abordada pelo presidente da Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT), Adriano Peixoto. O moderador foi o conselheiro do XVI Plenário Roberto Cruz.

Em 2 de dezembro, o direito ao próprio corpo e à diversidade de gênero foi o centro do debate online realizado em Brasília, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Iniciativa da Comissão de Direitos Humanos (CFH) da autarquia, o debate contou com a leitura crítica das normatizações que hoje regulam o atendimento em saúde de transexuais e travestis, e também apresentou propostas para a despatologização à luz dos direitos humanos.







3

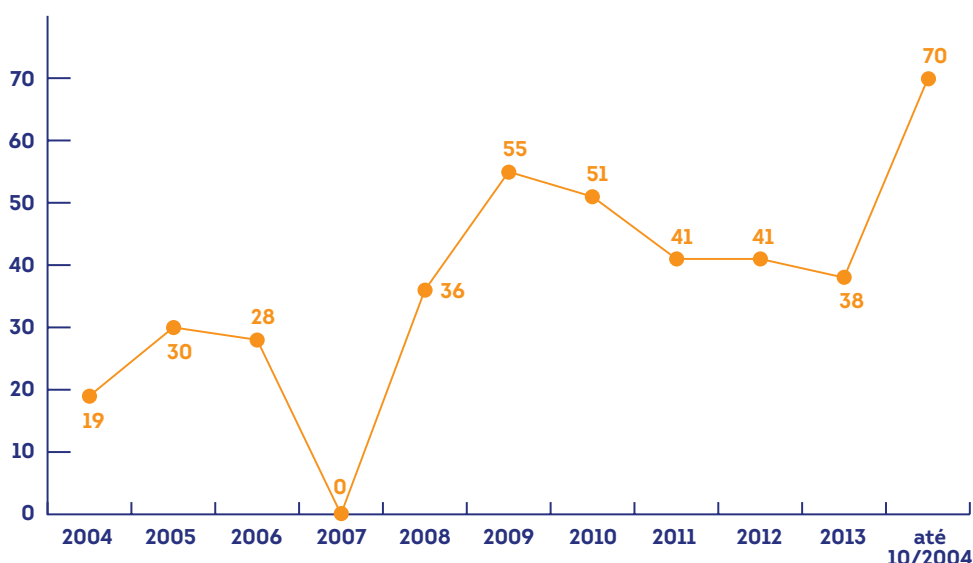
ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Uma das principais preocupações do Conselho Federal de Psicologia para o ano de 2014 refere-se à ética no exercício profissional. Para tanto, foi constituída a Secretaria de Orientação e Ética do CFP. Constituída pelos especialistas Dorotéia Albuquerque de Cristo, Nádia Maria Dourado Rocha, Maria Augusta Rondas Speller e

João Baptista Fortes de Oliveira, a secretaria tem como objetivo a revisão das normativas de orientação e fiscalização, bem como instrumentalizar conselheiros e fiscais para sua atuação. Além disso, busca discutir a implementação do procedimento de conciliação no Sistema Conselhos de Psicologia.

3.1 – PROCESSOS ÉTICOS

Em 2014, foram julgados 96 processos éticos.



3.2 – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Foram recebidos 16 processos administrativos em 2014, dos quais todos foram julgados.

3.3 – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

3.3.1 - Comissão consultiva em avaliação psicológica

Em julho de 2014, a nova Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) foi empossada com os seguintes integrantes: João Carlos Alchieri, Roberto Moraes Cruz, Luiz

Pasquali, Cícero Emídio Vaz, Elton Hiroshi Matsushima, José Neander Silva Abreu e Valdiney Veloso Gouveia.

O grupo é constituído de professores pesquisadores de instituições de ensino de distintas regiões e com experiência consolidada na área de avaliação psicológica em diversos âmbitos e processos. Como principais atividades,

destacam-se: a assessoria ao CFP nas mais variadas solicitações decorrentes do exercício profissional em avaliação psicológica; o acompanhamento do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos - SATEPSI e a definição de diretrizes na avaliação psicológica.

No decorrer deste ano, houve quatro reuniões presenciais. Foram recebidos pela CCAP 16 testes para avaliação. Entre eles, seis foram considerados desfavoráveis, cinco receberam parecer favorável e cinco continuam em análise.

3.3.2 - SATEPSI

O SATEPSI – Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – é o serviço instituído pela Resolução CFP 02/2003, com o intuito de oferecer informações atualizadas sobre as etapas de cada teste psicológico em análise e a relação de testes aprovados, com inclusão e/ou exclusão de instrumentos, em função do cumprimento do que dispõe esta Resolução.

Em 2014, a CCAP acompanhou o desenvolvimento do novo Sistema de Testes Psicológicos – SATEPSI, lançado em novembro de 2013. A ferramenta busca maior interatividade com a categoria e sociedade, com uso de conceitos modernos de visualização e práticas para emissão de pareceres e relatorias eletrônicas. Com isso, busca-se agilidade e qualidade no acompanhamento das avaliações e consulta aos testes psicológicos.

3.3.3 - NEUPSILIN

Durante este ano, foram realizadas quatro reuniões entre a Diretoria do Conselho Federal de Psicologia e representantes do Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFa. O primeiro ocorreu em 06 de fevereiro e contou com a presença da Sra. Christiane Taniguchi e Valdirene Batista Ribeiro Costa (CFFa) e com o vice-presidente do CFP Rogério Oliveira. Tratou-se, nesse encontro, sobre a suspensão da ação judicial movida pelo CFFa contra a decisão do CFP de tornar o NEUPSILIN um teste de uso privativo da psicologia.

Em 24/04/2014 foi realizada uma segunda reunião entre CFFa e CFP com a presença da presidente e tesoureiro do CFFa, Bianca Queiroga e Jaime Zorzi, e do Conselheiro João Alchieri do CFP, em que consideraram a resolução da

questão sobre a ação judicial por meio da articulação da assessoria jurídica de cada um dos Conselhos Federais.

Na reunião de 28/05/2014, O CFP e o CFFa celebraram a formalização de um acordo de cooperação técnica que possibilitará o uso do instrumento Neupsilin por psicólogos e fonoaudiólogos. Além disso, foi criado um grupo de trabalho para finalizar os entendimentos sobre o processo, por meio da elaboração de um documento conjunto, com vistas a estabelecer a definição de critérios comuns para uso de instrumentos em neurociência pelas duas categorias da saúde. A ideia é que o GT seja mantido para discutir questões correlatas no futuro e para articular critérios para uso de novos instrumentos com interface entre Psicologia e Fonoaudiologia.

Na reunião de 11/09/2014, a fim de finalizar a questão do uso do NEUPSILIN, ficou acordado que o CFP elaboraria uma Resolução divulgando o uso compartilhado por psicólogos e fonoaudiólogos, garantindo a proposta que havia se realizado desde a gestão passada para o uso compartilhado do instrumento. A Resolução foi apreciada pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica em setembro de 2014.

Em síntese, o CFP e CFFa entendem que tornar o Neupsilin um instrumento interdisciplinar significa um avanço para ambas as profissões.

3.3.4 – CENIPA - Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos

No dia 22/05/2014 foi realizada reunião entre CFP e CENIPA a fim de promover o mapeamento da atuação do Psicólogo na área de aviação, para subsidiar as diretrizes futuras de atuação no contexto aeronáutico.

3.3.5 – Avaliação psicológica em concurso público

A revisão da Resolução CFP 001/2002, que dispõe sobre avaliação em concurso público, teve sua versão final encaminhada para apreciação da 43ª Plenária do CFP. A necessidade de revisão dessa resolução surgiu a partir da publicação do Decreto 6.944/2009 e teve início com o diálogo com a Polícia Federal e outros parceiros, tais como o CESPE, os quais colaboraram com propostas.

3.4 – CADASTRAMENTO DE SITES

Em 2014, o Sistema Conselhos de Psicologia avaliou 181 novos pedidos de cadastro de sites, sendo que 98 foram aprovados, 53 foram reprovados e 30 não propuseram à realização de serviços psicológicos online, portanto, não se aplicam à Resolução CFP nº 011/2012.

Assim, atualmente, há 233 sites aprovados (sites cadastrados somados com os sites renovados), além dos sites que estão em análise.

ANO	Aprovado	Reprovado	Não se aplica	TOTAL
2004	0	0	8	8
2005	1	6	16	23
2006	4	16	14	34
2007	6	14	10	30
2008	9	19	9	37
2009	8	14	5	27
2010	42	13	24	79
2011	86	25	11	122
2012	140	11	28	179
2013	147	73	38	258
2014	98	53	30	181
TOTAL	541	244	193	978

3.5 – CENTRO DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO EM PSICOLOGIA

O Centro de Orientação do Trabalho em Psicologia é um projeto que possibilita estabelecer entre o CFP e a categoria, visando aproximar e orientar a categoria, bem como conhecer as condições de trabalho das(os) psicólogas(os).

Os princípios norteadores são: (1) a ética profissional; (2) direitos humanos; (3) condições de trabalho para o exercício profissional e (4) produção de referências técnicas para a categoria.

A construção do Centro de Orientação se justifica nas funções atribuídas ao Conselho Federal de Psicologia pela Lei 5.766/71, quais sejam o de orientar o exercício profissional e exercer o papel de órgão consultivo em matéria de Psicologia. Busca-se, ainda, auxiliar na melhoria das condições de trabalho das(os) psicólogas(os), em parceria com outras entidades, contribuir com a formação profissional e produzir subsídios para tomada de decisão do CFP e outros órgãos de natureza diversas.

Pretende-se, com isso, criar uma interface de orientação e comunicação direta com a categoria, por meio de plataforma digital alocada no Portal do CFP, além de ser um Centro de Orientação para o trabalho do psicólogo.

Destaca-se que a ferramenta busca: estabelecer um canal de diálogo constante com a categoria; investigar as condições de trabalho dos psicólogos nos diferentes espaços de atuação; disponibilizar documentos e materiais de referência (resoluções, orientações técnicas, manuais, textos, vídeos, palestras, cursos); criar fóruns, enquetes, pesquisas e outros canais de comunicação direta com a categoria; e pesquisar rol de diretrizes, por área de atuação, para servir de referência para concursos públicos.

Espera-se, portanto, que o Centro de Orientação do Trabalho em Psicologia se constitua na principal referência na prestação de informações para a categoria de psicólogas(os) sobre os parâmetros éticos e técnicos do exercício profissional enquanto trabalho.

3.6 – GRUPOS DE TRABALHO (GTs)

3.6.1 - Grupo de Trabalho Unificado PL Osmar Terra e Internação Forçada de usuários de Álcool e outras Drogas

O Grupo de Trabalho da APAF sobre Internação Forçada foi criado em dezembro de 2012 com vistas à produção de documento para subsidiar a orientação e fiscalização. O posicionamento do CFP à época da criação deste GT era de que o exercício profissional deveria ser fiscalizado, independente do local. Havia ainda a proposta de intensificar as fiscalizações nas Comunidades Terapêuticas e a realização de um Termo de Ajuste de Conduta para os psicólogos que trabalham em instituições totais.

O Grupo de Trabalho da APAF sobre o PL do Osmar Terra (PLC 37/2013) foi criado em dezembro de 2013. Os trabalhos do Grupo culminaram na elaboração de um quadro com sugestões ao PL, encaminhado ao Senador Valadares, relator na Comissão de Constituição e Justiça, em 07 de março. As pautas principais das reuniões realizadas pelo Grupo foram relativas à tramitação e principais críticas ao PL, estratégias de comunicação com os parlamentares e inclusão de novas sugestões.

A partir da unificação, deliberada em maio, dos dois Grupos de Trabalho da APAF relacionados ao tema Álcool e outras Drogas, constituiu-se o Grupo de Trabalho Unificado PL Osmar Terra e Internação Forçada de Usuários de Álcool e Outras Drogas, orientando-se para o aproveitamento do material já produzido. A última reunião realizada em setembro, com a participação dos membros do GT Unificado, visou a continuidade das discussões, bem como, o compartilhamento de informações relativas aos trâmites do Projeto de Lei, sobretudo, no que concerne às sugestões anteriormente encaminhadas ao Senado pelo relator. Salienta-se que as considerações por parte do Conselho, foram devidamente apreciadas e na oportunidade da emissão do último substitutivo emitido pelo relator, indicou-se, como encaminhamento, a continuidade da análise, no mérito, das demais comissões do Senado, sendo a próxima a de Educação, Cultura e Esporte (CE).

No que se refere, particularmente, à temática das Comunidades Terapêuticas, foi realizada reunião do Grupo

de Trabalho do CFP relativo à Regulamentação das Comunidades Terapêuticas, no Subgrupo: Plano Individual de Atendimento e a articulação com a rede SUS e SUAS, onde foram elencadas proposições com o intuito de contribuir na discussão da regulamentação e fiscalização de tais instituições, da qual o Conselho Federal de Psicologia tem participado, por meio de sua representação, junto ao Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD). A coordenação da Comissão Nacional de Saúde do CFP e alguns membros da Comissão de Direitos Humanos também atuaram em parceria no alinhamento de pontos relativos ao assunto e em subsídio ao desenvolvimento de um documento regulamentatório relativo ao cuidado de pessoas que usam drogas e seus familiares.

Cabe ressaltar o intuito da atual gestão de promover a aproximação e o diálogo com a categoria e a sociedade, inclusive, contemplando os direitos e assistência aos usuários de drogas e suas famílias como um dos Eixos de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Esta proposição encontra-se também em sintonia com as deliberações do VIII CNP (Congresso Nacional de Psicologia) que instrui que: “o Sistema Conselhos de Psicologia continue realizando ações pela defesa e implementação de uma política de álcool e outras drogas que respeite os Direitos Humanos, orientada pelos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Redução de Danos, objetivando a responsabilidade pública no cuidado com os usuários e suas famílias e criando espaços de diálogos que possibilitem a ruptura com o preconceito, com a exclusão e com as práticas de internação forçada (involuntárias, compulsórias e demais formas contrárias à vontade do sujeito) e favoreçam a elaboração de práticas norteadas pelo respeito à cidadania”.

3.6.2 - Psicologia e Esporte Produção do GT APAF - Psicologia e Esporte

As ações da política para psicologia e esporte estão sendo produzidas no âmbito do GT APAF Psicologia e Esporte. As articulações do grupo visam compreender a realidade do tema na Academia e na prática.

As atividades do GT tiveram início em 25 de agosto de 2014 consistindo de 4 reuniões no segundo semestre. Suas ações se detiveram sobre:

- Levantamento dos psicólogos atuando na área do esporte e levantamento das instituições que fazem a formação em psicologia e esporte, ambas em curso.
- Acompanhamento dos trâmites dos projetos de lei sobre o tema.

3.6.3 - Relações Raciais

Produção do GT APAF - Resolução 18/2002

O Conselho Federal de Psicologia incorporou o tema do enfrentamento ao racismo e, para tanto, vêm desenvolvendo várias ações no sentido de responder às demandas da categoria e da sociedade.

O GT sobre o tema, constituído na APAF de dezembro de 2012 para evidenciar a Resolução CFP nº 018/2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, apresentou retomou os trabalhos em reunião de 09 de agosto de 2014. Ocupando nova configuração, assumiram as políticas do Planejamento Estratégico Plurianual e promoveram as seguintes ações:

1. Delinearam campanha com cartazes e folders divulgando a resolução nº 018/2002.
2. Revisaram o projeto de pesquisa e definiram as bases para confecção de edital para pesquisa sobre os psicólogos no contexto das relações raciais. A proposição é de que a pesquisa seja feita em 2015.
3. O CFP apoiou a realização da II Marcha Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro.
4. Definiu-se a realização de evento em celebração do Dia Internacional contra a Discriminação Racial, previsto para os dias 20 e 21 de novembro.

3.6.4 - GT Revisão da Política de Orientação e Fiscalização

Na APAF de dezembro de 2013 foi deliberado pela reedição do GT de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização.

Inicialmente, a atuação do GT fundamentava-se em 04 eixos, a saber: (1) Discussão Política sobre Fiscalização e Orientação; (2) Questões jurídico-legais do Sistema Conselhos; (3) Processos formativos e (4) Relação com a sociedade e usuários da Psicologia.

Por deliberação dos Regionais e do CFP, incluiu-se um quinto eixo - Discussão dos processos de conciliação - que havia sido proposto pelo CRP-06 na APAF de maio de 2012, a fim de estudar a possibilidade de implementação de processos de conciliação no Sistema Conselhos.

Na APAF de maio/2014, houve o encaminhamento de que o GT fosse desmembrado, possibilitando que fossem discutidos separadamente a revisão do MUORF e a revisão do CPD, criando-se então um novo GT de Conciliação.

Foram realizadas três reuniões telefônicas, e está previsto um encontro em março de 2015, a fim de consolidar as propostas que serão levadas à APAF de maio de 2015.

3.6.5 - GT Conciliação

Na APAF de dezembro de 2013, o GT de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização foi reeditado, de forma a incluir um 5º eixo, de discussão sobre a implementação de processos de conciliação.

Pretendia-se aprofundar o debate sobre conciliação, por meio de oficina, com o propósito de esclarecer melhor a diferença conceitual entre mediação e conciliação, e estudar um modelo que fosse além do termo de ajustamento de conduta - TAC.

Na APAF de maio de 2014, então, o GT de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização foi desmembrado, dando origem a um novo GT de Conciliação, que deveria rever o CPD, de modo a incluir o procedimento de conciliação. Acordou-se a realização de uma oficina sobre o tema.

Assim, nos dias 10 e 11 de outubro, ocorreu a Oficina Nacional de Conciliação, com a participação de integrantes dos regionais. A partir dos pontos discutidos, será produzido um relatório pelo GT e, depois, enviado aos Regionais para apreciação e análise, com vistas a consolidar uma proposta de normativa para implantação da conciliação no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia.

3.7 – REVISTA PSICOLOGIA, CIÊNCIA & PROFISSÃO

Em 2014, a Revista Psicologia: Ciência e Profissão publicou 68 artigos distribuídos em quatro edições. Desses 68 artigos, 37 foram Relatos de Pesquisa; 23 foram Estudos Teóricos e 12 foram Relatos de Experiência.

Durante o ano, a revista recebeu 270 artigos, dos quais 37 estão em processo de avaliação, 124 estão aguardando designação, e os 109 restantes foram rejeitados por não se adequarem ao padrão da revista.

A Comissão Editorial tomou posse em julho de 2014 e, até o momento, realizou duas reuniões presenciais, uma no dia 11/07 (data da posse) e outra no dia 11/09. A próxima reunião acontecerá no dia 04/12/2014, na sede do CFP.

Compuseram a Comissão Editorial da revista:

• **Editora Responsável:**

Inara Barbosa Leão (*Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande (MS) - Brasil*);

- Jadir Machado Lessa (*Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil*);
- Marcelo Gustavo Aguilar Calegare (*Universidade Federal do Amazonas, Manaus - AM - Brasil*);
- Maria Lúcia Boarini (*Universidade Estadual de Maringá, Maringá - PR - Brasil*);
- Francisco José Machado Viana (*Universidade FUMEC, Belo Horizonte - MG - Brasil*);
- Ionara Vieira Moura Rabelo (*Universidade Federal de Goiás, Goiânia - GO - Brasil*).

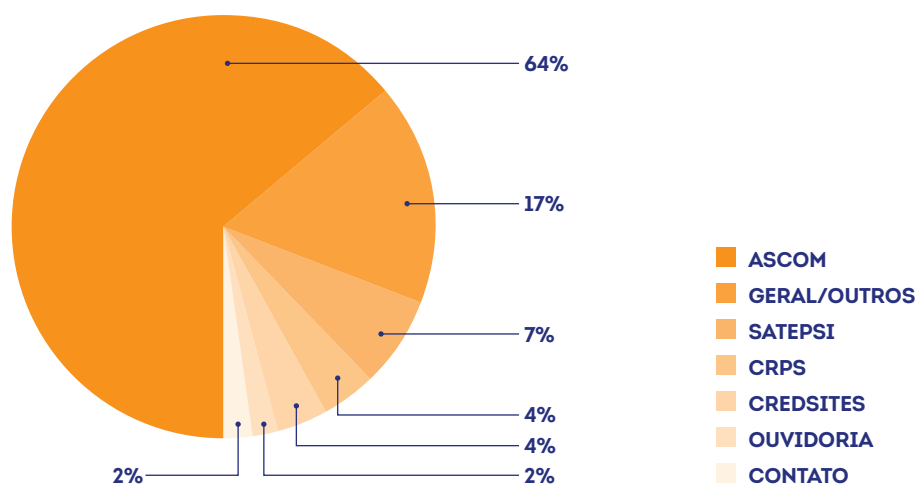
3.8 – RELATÓRIO DE DÚVIDAS RESPONDIDAS PELA GERÊNCIA TÉCNICA

Em fevereiro deste ano, a equipe da Gerência Técnica iniciou um controle das dúvidas recebidas e respondidas pelo Conselho Federal de Psicologia, oriundas de diversos Estados. Trata-se de uma iniciativa importante para co-

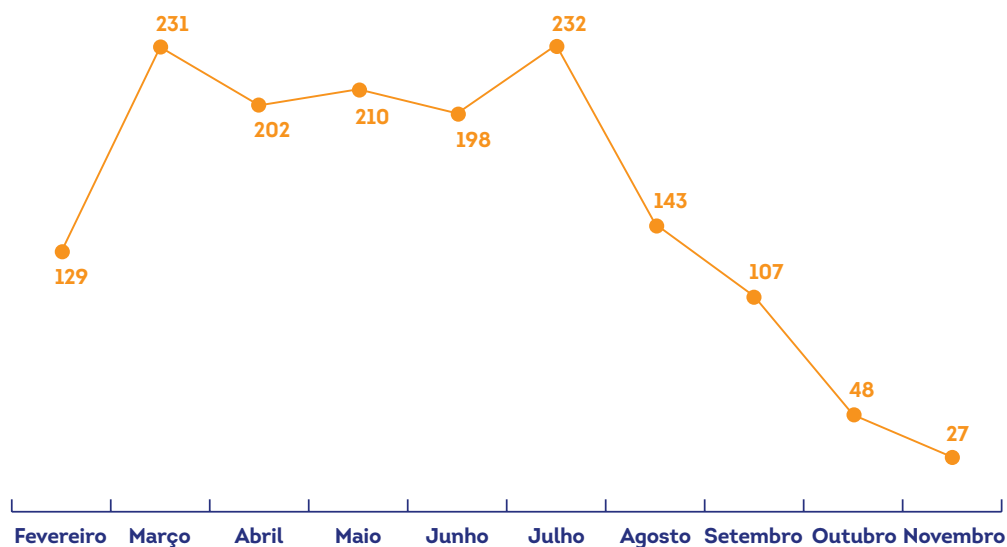
nhecer as principais questões da categoria e pensar em estratégias e planos de ação norteadores desta gestão.

No total, foram recebidas 1527 demandas, distribuídas conforme gráficos abaixo:

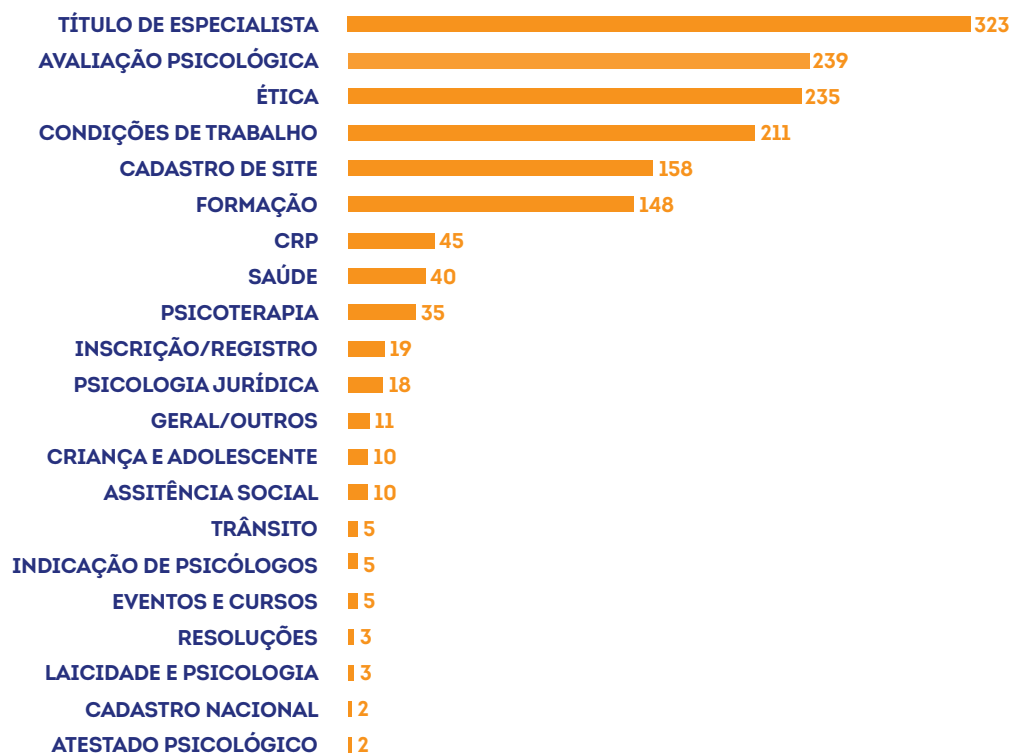
Quantidade de dúvidas recebidas por fonte



Quantidade de dúvidas recebidas por mês (até 06/11)



Quantidade de dúvidas recebidas por tema





4 REUNIÕES

4.1 – PLENÁRIAS

O XVI Plenário realizou 13 (treze) reuniões plenárias, em 2014:

Plenárias	Dias	Local
1ª Plenária	24, 25 e 26/01/14	Brasília - DF
2ª Plenária	22 e 23/02/14	Brasília - DF
3ª Plenária	21, 22 e 23/03/14	Brasília - DF
4ª Plenária	26 e 27/04/14	Brasília - DF
5ª Plenária	24 e 25/05/14	Brasília - DF
6ª Plenária	07 e 08/06/14	Brasília - DF
7ª Plenária	26 e 27/07/14	Brasília - DF
8ª Plenária	23 e 24/08/14	Brasília - DF
9ª Plenária	20 e 21/09/14	Brasília - DF
10ª Plenária	18 e 19/10/14	Brasília - DF
11ª Plenária	08 e 09/11/14	Brasília - DF
12ª Plenária Extraordinária	22/11/14	São Paulo - SP
13ª Plenária	06 e 07/12/14	Brasília - DF

4.2 – REUNIÕES DA DIRETORIA

Os membros diretores do XVI Plenário reuniu-se 22 vezes em 2014, sendo 19 presenciais e 3 telefônicas:

Dias	Local
23/01/14	Brasília - DF
07 e 08/02/14	Brasília - DF
20/2/14	Brasília - DF
07 e 08/03/14	Brasília - DF
20/3/14	Brasília - DF
04 e 05/04/14	Brasília - DF
24/04/14	Brasília - DF
09 e 10/05/14	Brasília - DF
22/05/14	Brasília - DF
05/06/14	Brasília - DF
18 e 19/07/14	Brasília - DF
24/07/14	Brasília - DF
08 e 09/08/14	Brasília - DF
21/08/14	Brasília - DF
05 e 06/09/14	Brasília - DF
18/09/14	Brasília - DF
16/10/14	Brasília - DF
06/11/14	Brasília - DF
04/12/14	Brasília - DF

4.3 – REUNIÕES DE PRESIDENTES E TESOUREIROS

Também foram realizadas duas Reuniões entre Presidentes e Tesoureiros, no ano de 2014, em Brasília:

Dias	Local
24/05/14	Brasília – DF
12/12/14	Brasília – DF

4.4 – ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS (APAF)

Duas APAFs foram realizadas no ano de 2014:

Dias	Local
31/05 e 1º/06/14	Brasília – DF
13 e 14/12/14	Brasília – DF

4.5 – REUNIÕES TELEFÔNICAS

O Conselho Federal de Psicologia efetuou 42 reuniões telefônicas, nas quais participaram 312 pessoas dos mais diversos locais do país, dentre elas, membros do CFP, Conselhos Regionais e entidades parceiras.

Mês	Quantidade	Nº de participantes
<i>Janeiro</i>	1	15
<i>Fevereiro</i>	1	5
<i>Março</i>	7	64
<i>Abril</i>	3	26
<i>Maio</i>	2	25
<i>Junho</i>	4	39
<i>Julho</i>	7	33
<i>Agosto</i>	5	28
<i>Setembro</i>	0	0
<i>Outubro</i>	5	35
<i>Novembro</i>	1	9
Total	42	312

4.6 – DOCUMENTOS OFICIAIS PRODUZIDOS

Foram produzidas 34 atas, entre Reuniões Plenária, Reunião entre Presidentes e Tesoureiros e Assembleias das Políticas, da Administração e das Finanças – APAFs.

4.7- REPRESENTAÇÕES

Espaços de Controle Social e Movimentos ocupados pelo Conselho Federal de Psicologia

Temas	Espaços de Representação	Representantes/ Suplência
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE	Conselho Nacional de Saúde – CNS/Ministério da Saúde	Claudio Garcia Capitão (Titular)
	Comissão Intersetorial de Saúde Mental – CISM/CNS	Décio Castro Alves (Titular)
	Comissão Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – CIPICSUS/CNS	Delvo Ferraz da Silva (Titular)
	Comissão Intersetorial de Saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. – CISPLGBT/CNS	Marco Aurélio Máximo Prado (Titular)
	Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador – CIST/CNS	Maria da Graça Corrêa Jacques (Titular)
	Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – CIRH/CNS	Jefferson Bernardes (Suplente)
	Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente – CISAMA/CNS	Ariane Kunhen (Suplente)
	Comissão Intersetorial de Assistência Farmacêutica – CIAF/CNS	Leticia Forster (Suplente)
	Comissão Intersetorial de Saúde Indígena – CISI/CNS	Dorotêa Albuquerque de Cristo (Suplente)
	Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde da Criança, do Adolescente e do Jovem – CIASAJ/CNS	Anderson Beltrame
	Comissão Intersetorial de Acompanhamento das Políticas em DST-AIDS – CIADAIDS/CNS	Vera Paiva (Suplente)
	Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra – CISP/N/CNS	Ana Luisa Dias Araújo (Suplente)

Temas	Espaços de Representação	Representantes/ Suplência
FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS TRABALHADORES EM SAÚDE	Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores em Saúde – FENTAS	Claudio Garcia Capitão (<i>Titular</i>)
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD/Ministério da Justiça	Loiva de Boni (<i>Titular</i>) Márcia Landini Totugui (<i>Suplente</i>)
	Comissão de Acompanhamento de Políticas Públicas sobre Drogas/ CONAD/Ministério da Justiça	Loiva de Boni (<i>Suplente</i>)
	Comissão de Orçamento e Finanças/ CONAD/Ministério da Justiça	Márcia Landini Totugui
MINISTÉRIO DA SAÚDE	Comissão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – CNAIDS/Ministério da Saúde	Dulce Ferraz (<i>Titular</i>)
	Comitê de Mobilização Social da Rede de Atenção Psicossocial/Ministério da Saúde	Milena Pacheco
	Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal/Ministério da Saúde	Cláudia Medeiros de Castro (<i>Titular</i>)
	Comitê Nacional de Saúde para a População em Situação de Rua	Mercedes Merry
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Câmara Setorial de Serviços de Saúde/ANVISA	Silvana Maciel (<i>Titular</i>) Adriane Roço (<i>Suplente</i>)
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR	Grupo de Trabalho Revisão do Rol de Procedimentos/ANS	Anice Holanda
	Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar – COPISS/ANS	Ana Luíza Ferreira
	PADRÃO TISS – GT Conteúdo e Estrutura – COPISS	Ana Luíza Ferreira
	Câmara Técnica de Regulamentação da Lei 13.003/2014	Alexandre Trzan Ávila
	GT de Indicadores Hospitalares – COGEP/ANS	Edézia Almeida
	GT SADT – COGEP/ANS	Edézia Almeida

Temas	Espaços de Representação	Representantes/ Suplência
COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE	Câmara Técnica 01 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) – Apoio Diagnóstico e Terapêutico, Especialidades Cirúrgicas/Ministério da Educação	Edézia Almeida (Titular)
	Câmara Técnica 03 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) – Atenção Básica/Saúde e Família e Comunidade/Saúde Coletiva/Ministério da Educação	Vera Lúcia Pasini
	Câmara Técnica 04 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS)/Saúde Mental – Ministério da Educação	Aparecida Rosângela Silveira
	Câmara Técnica 05 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS)/Saúde Funcional – Ministério da Educação	Solimar Ferrari (Titular)
MERCOSUL	Fórum Permanente do Mercosul – Exercício Profissional em Saúde/Ministério da Saúde	Inara Leão
FÓRUM DOS CONSELHOS FEDERAIS DA ÁREA DA SAÚDE	Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde – FCFAS	Mariza Monteiro Borges (Titular)
	GT Educação do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde _ FCFAS	Inara Leão
FRENTE DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE	Frente dos Conselhos dos Profissionais da Área da Saúde – FCPAS	Mariza Monteiro Borges (Titular)
FRENTE NACIONAL DROGAS E DIREITOS HUMANOS	Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos – FNDDH	Semiramis Vedovatto
FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE	Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde – FNCPS	Sandra Luzia De Souza Alencar

Temas	Espaços de Representação	Representantes/ Suplência
	Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito – CTSMA/DENATRAN	Lucio Fernando Garcia (<i>Titular</i>) Rogério de Oliveira (<i>Suplente</i>)
	Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional – CNPCT/SDH-PR	Ileno Izidio da Costa (<i>Titular</i>) Elisa Walleska Krüger Alves da Costa (<i>Suplente</i>)
	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Proteção dos Direitos de LGBT – CNCD/SDH-PR	Marco Aurélio Maximo Prado (<i>Titular</i>)
	Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH/SDH-PR	Vera Paiva (<i>Titular</i>)
	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR/SEPPPIR	Valter da Mata Filho (<i>Suplente</i>)
	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA/SDH-PR	Josiane Soares (<i>Suplente</i>)
	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM/SPM	Valeska Zanello (<i>Suplente</i>)
	Fórum Nacional de Democratização da Comunicação – FNDC	Rogério Oliveira
	Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – FNDCA	Esther Arantes
	Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade	Carolina Freire de Carvalho
	Monitoramento, Prevenção e Combate da Violência Contra a População LGBT LGBT – CNCD/SDH-PR	Marco Aurélio Maximo Prado (<i>Titular</i>)
	Movimento Estratégico pelo estado Laico (MEEL)	Adriano Facioli
	Rede Nacional Primeira Infância	Maria de Fátima Pereira Alberto (<i>Titular</i>)

4.8- ATIVIDADES DO XVI PLENÁRIO

Data	Evento
05/01/14	Reunião com Coordenação Geral de Informação e Análise Epidemiológica da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde - Brasília - DF.
07/01/14	Reunião sobre Drogadição - Brasília - DF.
23/01/14	1º Reunião de Diretoria do CFP - Brasília - DF.
23/01/14	34ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas - Brasília - DF.
23/01/14	Reunião da Diretoria com o Sindecof e Comperf - Brasília - DF.
24/01/14	Reunião da diretoria com a Divisão de Referências Técnicas do CFP - Brasília - DF.
24/01/14 a 26/01/14	1ª Reunião Plenária - Brasília - DF.
29/01/14 a 31/01/14	Solenidade de posse e 1ª reunião do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfego de Pessoas -CONATRAP - Brasília - DF.
04/02/14	Reunião ordinária do FENTAS no CFN - Brasília - DF.
05/02/14 a 06/02/14	253ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde - Brasília - DF.
06/02/14	Reunião da coordenação executiva do FNDC - São Paulo - SP.
06/02/14 a 07/02/14	Reuniões do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação - São Paulo - SP.
07/02/14 a 08/02/14	2ª Reunião de Diretoria do CFP - Brasília - DF.
11/02/14 a 13/02/14	225ª Assembleia Ordinária do CONANDA - Brasília - DF.
12/02/14	Reunião do CASC - Brasília - DF.
15/02/14	Reunião plenária ordinária do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade - São Paulo - SP.
17/02/14	Reunião extraordinária do CNCD LGBT - Brasília - DF
18/02/14	Reunião com o MEC para tratar sobre o PL da Psicopedagogia - Brasília - DF.

Data	Evento
18/02/14 a 19/02/14	Reunião Ordinária do CNDM - Brasília - DF.
19/02/14	91ª Reunião ordinária do FCFAS - Brasília - DF.
19/02/14	Reunião no Ministério da Educação - MEC para discutir sobre Projeto de Lei que trata sobre a Psicopedagogia (PLC 31/2010) - Brasília - DF.
20/02/14	3ª Reunião de Diretoria do CFP - Brasília - DF
21/02/14	Julgamento de Processos Éticos - Brasília - DF.
22/02/14 a 23/02/14	2ª Reunião Plenária - Brasília - DF.
28/02/2014	Reunião com Presidente da FEBRAP.
06/03/14	Reunião PL 6126/2013 (novo ato médico) - Brasília - DF.
06/03/14	Reunião com Conselho Federal de Fonoaudiologia - Brasília - DF.
07/03/14 a 08/03/14	4ª Reunião de Diretoria do CFP - Brasília - DF.
11/03/14	Portal Saúde Baseada em Evidências - Brasília - DF.
11/03/14 a 12/03/14	Jornada das Comissões - Brasília - DF.
12/03/14	Reunião com Dra. Célia Cortez (UERJ).
12/03/14 a 13/03/14	225ª Assembleia Ordinária do CONANDA - Brasília - DF.
13/03/14	Reunião Diretoria CRP 21 - Teresina - PI
14/03/14	Audiência com a Deputada Érica Kokay (PT/DF) - Brasília - DF.
14/03/14	Reunião Diretoria CRP 22 - São Luiz - MA.
15/03/14	Reunião da Coordenação Nacional Ampliada do FNTSUAS - Brasília - DF.

Data	Evento
15/03/14	Reunião Diretoria CRP 11 – Fortaleza – CE.
18/03/14	Reunião ordinária do FENTAS – Brasília – DF.
19/03/14	92ª Reunião Ordinária do FCFAS – Brasília – DF.
19/03/14	Reunião com o Deputado Sebastião Bala Rocha (SDD/AP), (Relator do PL 4364/12, que altera a Lei 5766/71) – Brasília – DF.
19/03/14	Reunião sobre a Scielo – São Paulo – SP.
20/03/14	5ª Reunião de Diretoria do CFP – Brasília – DF.
20/03/14	Reunião no TCU – Brasília – DF.
20/03/14	Reunião com FENAPSI – Brasília – DF.
20/03/14 a 21/03/14	Reunião projeto “Violência e Preconceito na Escola” – Campinas – SP.
21/03/14	Julgamento de Processos Éticos – Brasília – DF.
21/03/14	Reunião CONTRAN/CTSMA – Brasília – DF.
21/03/14	Reunião com Suzana Sofia M. Schettini – Brasília – DF.
21/03/14 a 23/03/14	3ª Reunião Plenária – Brasília – DF.
26/03/14 a 27/03/14	Associação Universitária de Pedagogia do Brasil – AUNIPEDAG – Brasília – DF.
26/03/14	PET Universidade Federal do Paraná – Curitiba – PR.
27/03/14	Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, sobre “Internação Compulsória de Dependentes Químicos em Unidades Terapêuticas” – Brasília – DF.
27/03/14	Lançamento da Plataforma Sucupira pela Capes – Brasília – DF.
27/03/14	Reunião PLs da Psicopedagogia e Pedagogia – Brasília – DF.

Data	Evento
28/03/14	Reunião CRP 02 – Recife – PE.
29/03/14	Reunião CRP 15 – Maceió – AL.
31/03/14 a 01/04/14	Assembleia do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – Brasília – DF.
31/03/14	Processos Ditatoriais e Subjetividades: evento alusivo aos 50 anos do golpe civil-militar – Florianópolis – SC.
01/04/14 a 02/04/14	Reunião da Comissão Nacional de Direitos Humanos – Brasília – DF.
03/04/14	Audiência Pública – Exercício e Condições de Trabalho do Profissional de Psicologia nas Políticas Públicas no Âmbito do Estado do Ceará – Fortaleza – CE.
03/04/14	Apresentação da Comissão de Direitos Humanos do CFP no Senado por ocasião de audiência pública sobre revisão da anistia – Brasília – DF.
03/04/14 a 05/04/14	III Congresso Nacional Alienação Parental e I Congresso Internacional Alienação Parental: Um Novo Tempo, Informação Transformando Vidas – Rio de Janeiro – RJ.
03/04/14	UnB Psicologia curso e profissão – Conselhos de Psicologia – Brasília – DF.
04/04/14 a 05/04/14	6ª Reunião de Diretoria do CFP – Brasília – DF.
08/04/14	Reunião da Frente dos Conselhos das Profissões da Área de saúde – FCPAS – Brasília – DF.
08/04/14 a 10/04/14	Reunião do Conselho Nacional de Saúde – Brasília – DF.
08/04/14	Reunião na Comissão de Seguridade Social e Família: Seminário para debater o PL 6126 – Brasília – DF.
08/04/14	Reunião ordinária do FENTAS – Brasília – DF.
08/04/14 a 11/04/14	VI Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho – CBPOT – MS.
09/04/14	Audiência para entrega da carta “Entidades médicas, científicas e da sociedade civil apoiam o debate sobre regulamentação da maconha no Brasil” – Brasília – DF.
09/04/14	Movimento relativo ao PL sobre o Simples Nacional – Brasília – DF.

Data	Evento
09/04/14	Reunião Deliberativa Ordinária da Comissão de Seguridade Social e Família – Brasília – DF.
10/04/14	Audiência Pública sobre a Regulamentação das Profissões – Brasília – DF.
10/04/14	Comissão Geral sobre o Financiamento da Saúde
10/04/14 a 11/04/14	Reunião no CRP-23 – Palmas – TO.
11/04/14 a 12/04/14	Reunião com a Diretoria do CRP 20 – Manaus – AM.
11/04/14	Reunião com o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – São Paulo – SP.
11/04/14	Reunião do IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão – São Paulo – SP.
14/04/14	Reunião sobre o PCCS – Brasília – DF.
15/04/14	Audiência Pública – Mesa: O Futuro das emissoras do Campo Público: o direito à reserva do espectro – Brasília – DF.
15/04/14	Restrição à Veiculação de Propaganda de Produtos Infantis na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – Brasília – DF.
16/04/14	Reunião do Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar – COPISS/ANS – Rio de Janeiro – RJ.
23/04/14	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Regulamentação das Comunidades Terapêuticas Conselho Nacional de Drogas – Brasília – DF.
23/04/14	Reunião com Deputado Domingos Dutra – Brasília – DF.
24/04/14	7ª Reunião de Diretoria do CFP – Brasília – DF.
24/04/14	Reunião com Macaé Evaristo – Brasília – DF.
24/04/14	Reunião no MEC sobre o projeto de pesquisa “Violência e Preconceito na Escola” – Brasília – DF.
25/04/14	Julgamento de Processos Éticos – Brasília – DF.
25/04/14	Reunião e apresentação da Comissão Nacional de Direitos Humanos – CNDH – Brasília – DF.

Data	Evento
25/04/14 a 27/04/14	XVIII Plenária do FNDC – Guararema – SP.
26/04/14 a 27/04/14	4ª Reunião Plenária – Brasília – DF.
28/04/14 a 29/04/14	Diálogos Regionais para o CONSEG (CONASP) – Fortaleza – CE.
28/04/14 a 30/04/14	IV Seminário de Psicologia e Políticas Públicas – Goiânia – GO.
29/04/14 a 30/04/14	Reunião da Comissão Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares no SUS- CIPICSUS – Brasília – DF.
30/04/14 a 01/05/14	19º Congresso Brasileiro de Psicodrama – Foz do Iguaçu – PR.
01/05/14 a 03/05/14	II Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades – PSINEP – Recife – PE.
05/05/14	Reunião com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal – Brasília – DF.
06/05/14	Reunião da Comissão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – CNAIDS/MS – Brasília – DF.
06/05/14	Reunião do FENTAS – Brasília – DF.
06/05/14	Reunião sobre Seminário Nacional sobre Psicologia e Subtração Internacional de Crianças – Brasília – DF.
06/05/14	Reunião com Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – Brasília – DF.
07/05/14 a 08/05/14	257ª Reunião Ordinária do CNS – Brasília – DF.
07/05/14	Ato de Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Auditoria do SUS – Brasília – DF.
07/05/14	II Seminário Internacional: Marco Legal da Primeira Infância – Brasília – DF.
07/05/14 a 09/05/14	VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH – Rio Grande – RS.
08/05/14	Reunião no TCU.
08/05/14 a 09/05/14	Seminário de Perícia Independente em Direitos Humanos – Brasília – DF.

Data	Evento
09/05/14 a 10/05/14	8ª Reunião de Diretoria do CFP – Brasília – DF.
09/05/14	Reunião ordinária dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas – Brasília – DF.
13/05/14	Encontro Goiano de Psicologia – Goiânia – GO.
13/05/14	Lançamento do Projeto de Extensão “SOS Racismo” – São José – SC.
13/05/14	Segunda reunião do GT de regulamentação das comunidades terapêuticas – Brasília – DF.
14/05/14	Reunião do CONAD – Brasília – DF.
14/05/14 a 17/05/14	V Congresso Latino-americano de Psicologia – ULAPSI – Guatemala.
15/05/14 a 16/05/14	21ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT – Brasília – DF.
15/05/14	Cerimônia de Conformação do Comitê Consultivo da BVS Brasil – São Paulo – SP.
15/05/14 a 16/05/14	Reunião do Grupo Técnico de Terminologias de Procedimentos e Eventos em Saúde – ANS – Rio de Janeiro – RJ.
16/05/14	Assembleia do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – Brasília – DF.
16/05/14	I Reunião do Comitê Consultivo da BVS PSI – São Paulo – SP.
16/05/14	Reunião com a Gerência Administrativa e Financeira do CFP – Brasília – DF.
16/05/14	Semana Acadêmica do CAPsi da FURB – Blumenau – SC.
16/05/14	Seminário Estadual sobre a Redução da Idade Penal – Macapá – AP.
19/05/14	Solenidade de Posse dos Membros do Conselho Consultivo, Conselho Fiscal e Conselho Técnico-Científico da ABMP – Curitiba – PR.
20/05/14	Ato pelo Dia Internacional de Combate à Homofobia – Brasília – DF.
20/05/14	Ato público pelo Dia Internacional contra a Homolesebitorfobia – Brasília – DF.

Data	Evento
20/05/14 a 21/05/14	Posse e reunião ordinária no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – Brasília – DF.
22/05/14	9ª Reunião de Diretoria do CFP – Brasília – DF.
22/05/14	Cerimônia de Abertura do V Congresso da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – Niterói – RJ.
22/05/14	Reunião com a CENIPA – Brasília – DF.
23/05/14 09:00	1º Encontro Bilateral Brasil-China em Comunicação Científica – São Paulo – SP.
23/05/14 a 25/05/14	5ª Reunião Plenária – Brasília – DF.
23/05/14 9h	Assembleia de Eleição do CNAS – Brasília – DF.
23/05/14	Julgamento de Processos Éticos – Brasília – DF.
23/05/14	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas – Brasília – DF.
23/05/14	Reunião Planejamento Estratégico Plurianual – PEP – Brasília – DF.
24/05/14 a 25/05/14	III Plenária Nacional do FNTSUAS – Brasília – DF.
24/05/14	Reunião entre Presidentes e Tesoureiros do Sistema Conselhos de Psicologia – Brasília – DF.
24/05/14	Reunião plenária ordinária do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade – São Paulo – SP.
26/05/14 a 27/05/14	I Seminário Nacional da Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS – Brasília – DF.
26/05/14 a 27/05/14	Reunião BVS-PSI – São Paulo – SP.
27/05/14	Ato Político em defesa do SUS como Sistema Público e Universal – Brasília – DF.
28/05/14	Reunião com o Conselho Federal de Fonoaudiologia – Brasília – DF.
28/05/14	Reunião da Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – Brasília – DF.

Data	Evento
29/05/14	Esquecer e Silenciar Jamais: Roda de Conversa com Vera Paiva – Porto Alegre – RS.
29/05/14	Reunião da Revista Psicologia Ciência e Profissão – Campo Grande – MS.
30/05/14	Seminário “O Papel da Psicologia nos Casos de Subtração Internacional de Crianças à luz da Convenção de Haia de 1980” – Brasília – DF.
31/05/14 a 01/06/14	Assembleia da Política, da Administração e das Finanças – APAF – Brasília – DF.
01/06/14 a 04/06/14	Congresso Nacional de Secretários Municipais de Saúde – Serra – ES.
02/06/14	Reunião com Professora Adjunta Larissa Polejack – Brasília – DF.
02/06/14	Seminário Regional A Psicologia e o SUAS – Juiz de Fora – MG.
03/06/14	Reunião do FENTAS – Serra – ES.
04/06/14 a 05/06/14	Assembleia, Plenária e Reunião das Comissões Temáticas do CONANDA – Brasília – DF.
04/06/14 a 06/06/14	Posse dos Conselheiros (as) do CNAS para gestão 2014/2016. – Brasília – DF.
04/06/14 a 05/06/14	Reunião do CNS – Serra – ES.
05/06/14	10ª Reunião de Diretoria do CFP – Brasília – DF.
05/06/14	94ª. Reunião Ordinária do FCFAS – Brasília – DF.
05/06/14	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas- Brasília – DF.
06/06/14	Julgamento de Processos Éticos – Brasília – DF.
06/06/14	Reunião Extraordinária do FENPB – São Paulo – SP.
07/06/14 e 08/06/14	6ª Reunião Plenária – Brasília – DF.
09/06/14	Reunião com Empresa de Auditoria – São Paulo – SP.

Data	Evento
11/06/14	Reunião SBP – Ronaldo Pilati – Brasília – DF.
16/06/14 a 18/06/14	Reunião sobre o Planejamento Estratégico Plurianual – PEP – Brasília – DF.
25/06/14 a 26/06/14	Reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – Brasília – DF.
01/07/14 a 03/07/14	Reunião com a Gerência Administrativa e Financeira do CFP – Brasília – DF.
02/07/14 a 03/07/14	Reuniões do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação FNDC – Brasília – DF.
07/07/14	Audiência Pública – A banalização da vida: o mapa da violência hoje – Brasília – DF.
08/07/14	Capacitação sobre Direitos Humanos – Brasília – DF.
11/07/14	Posse e Reunião da Comissão Editorial da Revista Psicologia Ciência e Profissão – Brasília – DF.
11/07/14	Reunião IV CBP – São Paulo – SP.
14/07/14	Reunião do lançamento do II Seminário GEPPSI – Montes Claros – MG.
15/07/14	54ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. – Brasília – DF.
15/07/14	5ª Reunião do Grupo de Trabalho de Regulamentação das Comunidades Terapêuticas – Brasília – DF.
15/07/14	Audiência Pública – Tema: “A banalização da vida: o mapa da violência hoje” – Brasília – DF.
15/07/14	Reunião Ordinária do FENTAS – Brasília – DF.
16/07/14 a 17/07/14	230ª Assembleia Ordinária do CONANDA – Brasília – DF.
16/07/14 a 18/07/14	259ª Reunião Ordinária do CNS e 55ª Reunião Extraordinária do CNS – Brasília – DF.
16/07/14	Reunião com Polícia Federal sobre Avaliação Psicológica para porte de armas. – Brasília – DF.
16/07/14	Reunião do MEEL – Brasília – DF.

Data	Evento
17/07/14 a 19/07/14	11ª Reunião de Diretoria do CFP – Brasília – DF.
17/07/14 a 18/07/14	22ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional LGBT e da 17ª reunião das Câmaras Técnicas Permanentes do Conselho Nacional LGBT – Brasília – DF.
17/07/14	Lançamento do Projeto Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente na Promoção da Igualdade Racial – São Paulo – SP.
17/07/14	Reunião sobre a pesquisa “Violência e Preconceito na Escola” – Brasília – DF.
18/07/14	Reunião da Comissão de Especialistas – Brasília – DF.
22/07/14 a 24/07/14	224ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) – Brasília – DF.
23/07/14	Reunião de articulação da sociedade civil no CNAS – Brasília – DF.
23/07/14	Reunião de Trabalho – Metodologia de inspeção em manicômios judiciais – Brasília – DF.
24/07/14	12ª Reunião de Diretoria do CFP – Brasília – DF.
24/07/14	73ª Reunião do COPISS – ANS – Rio de Janeiro – RJ.
24/07/14 a 25/07/14	Reunião da Comissão da Psicologia Jurídica – Brasília – DF.
25/07/14	Julgamento de Processos Éticos – Brasília – DF.
25/07/14	Reunião do Grupo de Laicidade e Psicologia – Brasília – DF.
25/07/14 a 26/07/14	Reunião da Coordenação Executiva e Nacional do FNTSUAS (Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS) – Brasília – DF.
26/07/14 e 27/07/14	7ª Reunião Plenária do CFP – Brasília – DF.
28/07/14	Audiência com o Ministro das Relações Institucionais Ricardo Berzoini sobre o PL das 30 horas – Brasília – DF.
29/07/14 a 30/07/14	Oficina sobre Demografia e Cartografia das Formações da Área da Saúde – São Paulo – SP.

Data	Evento
30/07/14 a 31/07/14	Posse e Reunião da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica – Brasília – DF.
31/07/14	Cerimônia de Sanção do Projeto de Lei que institui novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – Brasília – DF.
31/07/14 a 01/08/14	II Simpósio Baiano Medicalização da Educação e da Sociedade – Salvador – BA.
31/07/14	Reunião da Comissão de Educação do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde – Brasília – DF.
03/08/14	Reunião Psicologia do Esporte – São Paulo – SP.
03/08/14 a 05/08/14	Treinamento Administrativo no Conselho Regional de Psicologia – CRP-22 – São Luiz – MA.
04/08/14	Audiência Pública com a finalidade de criar uma nova regulamentação dos Cursos de especialização em substituição à resolução CNE 01/2007 – Brasília – DF.
05/08/14	Reunião do Fórum das Entidades Nacionais da Área da Saúde – FENTAS – Brasília – DF.
05/08/14 a 07/08/14	Treinamento Administrativo no Conselho Regional de Psicologia – CRP-21 – Teresina – PI.
06/08/14 a 07/08/14	260ª Reunião do Conselho Nacional de Saúde – CNS – Brasília – DF.
07/08/14	Mesa de Abertura do “Seminário de Atenção Psicossocial” – Florianópolis – SC.
07/08/14	Sanção Presidencial do Simples Nacional – Brasília – DF.
07/08/14	Reunião SBP – Ronaldo Pilate – Brasília – DF.
07/08/14	Reunião sobre atuação da(o) psicóloga(o) na justiça – Brasília – DF.
08/08/14	Reunião com a Fenapsi – Brasília – DF.
08/08/14 a 09/08/14	13ª Reunião de Diretoria do CFP – Brasília – DF.
09/08/14	Comemoração do Dia do Psicólogo – Fortaleza – CE.
09/08/14	Reunião do GT para evidenciar a Resolução nº 18/2002 – Brasília – DF.

Data	Evento
09/08/14	Reunião do núcleo diretivo da Comissão do SUAS do CFP - Brasília - DF.
11/08/14 a 12/08/14	20ª Reunião da Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra - Conselho Nacional de Saúde (CNS) - Brasília - DF.
11/08/14 a 14/08/14	231ª Assembleia do CONANDA, Comissão Organizadora X Conferencia. - Brasília - DF.
11/08/14 a 14/08/14	Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e 225ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Brasília - DF.
12/08/14 a 13/08/14	Reunião do Grupo de Trabalho de Regulamentação das Comunidades Terapêuticas e reunião Ordinária do Conad - Brasília - DF.
13/08/14 a 14/08/14	Reunião do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - Brasília - DF.
13/08/14	Reunião sobre Emergências e Desastres - Planejamento Estratégico Plurianual do CFP - Belo Horizonte - MG.
13/08/14	Reunião no TCU.
13/08/14 a 15/08/14	Treinamento com a Assessoria Contábil do CRP-23 - Brasília - DF.
14/08/14 a 15/08/14	14ª Reunião da Comissão Intersetorial para Acompanhamento das Políticas de DST/AIDS - Brasília - DF.
14/08/14	Reunião com os Diretores da empresa de Auditoria Part Work - São Paulo - SP.
14/08/14 a 15/08/14	Reunião da Comissão Intersetorial de Saúde da População LGBT - Brasília - DF.
14/08/14	Reunião de avaliação da estrutura tecnológica UNINOVE para o IV CBP - São Paulo - SP.
15/08/14	Comemoração do Dia do Psicólogo - Quixadá - CE.
15/08/14	Mesa Redonda da Oficina de Capacitação de Multiplicadores para implantação e utilização do Prontuário SUAS - Brasília - DF.
15/08/14 a 16/08/14	Oficina Regional sobre Orçamento e Financiamento e os 25 anos do SUS - Conselho Nacional de Saúde - São Paulo - SP.
15/08/14 a 16/08/14	Oficina sobre Competências para o Trabalho em Equipe e Formação Interprofissional - São Paulo - SP.

Data	Evento
15/08/14	Reunião da Coordenação Executiva do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS) - Brasília - DF.
15/08/14 a 16/08/14	Reunião do FNDC - São Paulo - SP.
16/08/14	Seminário com Associações e Conselhos Profissionais - São Paulo - SP.
19/08/14	Reunião com Diretor do Sedes - Carlos Lichtsztejn - São Paulo - SP.
19/08/14 a 20/08/14	Reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher -CNDM - Brasília - DF.
20/08/14	Reunião com a Polícia Federal - Brasília - DF.
20/08/14	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde - FCFAS - Brasília - DF.
21/08/14	15ª Reunião da Diretoria do CFP - Brasília - DF.
21/08/14	Audiência Pública sobre Humanização da Assistência ao Parto - Porto Alegre - RS.
21/08/14	Reunião do COPISS - ANS - Rio de Janeiro - RJ.
21/08/14	Reunião do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - FENPB - São Paulo - SP.
21/08/14	Reunião com presidente da SBPOT (Adriana Peixoto) - Brasília - DF
22/08/14	Julgamento de Processos Éticos - Brasília - DF.
22/08/14	Mesa Redonda na Oficina de Capacitação de Multiplicadores para a implantação e utilização do Prontuário do SUAS. - Brasília - DF.
23/08/14 e 24/08/14	8ª Reunião Plenária do CFP - Brasília - DF.
24/08/14 a 27/08/14	Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia - ENEP - Fortaleza - CE.
25/08/14	Audiência Pública na CDH do Senado - Brasília - DF.
25/08/14	Evento preparatório para o II Seminário de Formação em Psicologia: compromisso com a formação e profissão - São Francisco - MG.

Data	Evento
25/08/14 a 29/08/14	Oficina de Capacitação de Multiplicadores para a implantação e utilização do Prontuário do SUAS. - Brasília - DF.
25/08/14	Repensando a avaliação e a intervenção em psicologia - Brasília - DF.
25/08/14	Sessão Solene em Homenagem ao Dia Nacional do Psicólogo - Câmara dos Vereadores de Ribeirão Preto - Brasília - DF.
26/08/14	119ª Reunião da Comissão Nacional de DST, AIDS e Hepatites Virais - Brasília - DF.
26/08/14	Laicismo ou laicidade - Desafios atuais do Estado Democrático Brasileiro - Brasília - DF.
26/08/14 a 27/08/14	Palestra do Dia do Psicólogo - USP (Ribeirão Preto) e UFSCAR (São Carlos) - São Carlos - SP.
26/08/14 a 27/08/14	Reunião da Comissão Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - Brasília - DF.
27/08/14	8ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia - Rio de Janeiro - RJ.
27/08/14	Debate online - O Papel do Psicólogo no Mundo Contemporâneo - Brasília - DF.
27/08/14	Conferência "Panorama da Psicologia no Brasil" - Ribeirão Preto - SP.
27/08/14	Mesa Democracia e Participação no Sistema Conselhos - Programação do Dia do Psicólogo - São Luiz - MA.
27/08/14 a 28/08/14	Reunião do Grupo de Trabalho do CONAD - Brasília - DF.
27/08/14 a 29/08/14	II Seminário de Formação em Psicologia: compromisso com a formação e profissão - Montes Claros - MG.
28/08/14	Lançamento da Publicação - Suicídios e os Desafios para a Psicologia - Dourados - MS.
28/08/14	Solenidade em Homenagem ao Dia do Psicólogo - Fortaleza - CE.
28/08/14	Reunião Extraordinária dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas.
29/08/14	Palestra sobre "Direitos Humanos" Faculdade CEUNSP - Itu - SP.
29/08/14	Reunião do IV CBP - São Paulo - SP.

Data	Evento
30/08/14 a 31/08/14	Reunião com Psicólogos - Montes Claros - MG.
02/09/14	Reunião entre o FCFAS e o Deputado Federal Amauri Teixeira - Brasília - DF.
04/09/14 a 07/09/14	IV Congresso Brasileiro de Saúde Mental - Manaus - AM.
05/09/14 a 06/09/14	15ª Reunião de Diretoria do CFP - Brasília - DF.
08/09/14 a 12/09/12	Reunião do IV Congresso Brasileiro de Psicologia - CBP - São Paulo - SP.
08/09/14 a 13/09/14	V Encontro PSI-PLP, IX Congresso Ibero-Americano de Psicologia e II Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses - Lisboa - Portugal.
09/09/14 a 11/09/14	226ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - Brasília - DF.
09/09/14 a 11/09/14	Reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA - Brasília - DF.
09/09/14 a 11/09/14	Reunião do FENTAS e 261ª Reunião Ordinária do CNS - Brasília - DF.
11/09/14	Reunião com o Conselho Federal de Fonoaudiologia - Brasília - DF.
11/09/14	Reunião com o SESu/MEC - Brasília - DF.
11/09/14	Reunião da Comissão Editorial da revista Psicologia - Ciência e Profissão - Brasília - DF.
12/09/14 a 13/09/14	Coordenação Executiva e Nacional do FNTSUAS - Brasília - DF.
13/09/14	Lançamento Do Livro - "A Verdade é Revolucionária" - São Paulo - SP.
15/09/14 a 16/09/14	Encontro Nacional da Comissão Nacional de Direitos Humanos - Brasília - DF.
15/09/14	Encontro Nacional do CNDH - Brasília - DF.
17/09/14 a 18/09/14	II Congresso Nacional de Psicologia e Psicoterapia - Maputo - Moçambique.
17/09/14	Reunião da Comissão de Educação do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde - FCFAS - Brasília - DF.

Data	Evento
17/09/14 a 18/09/14	Reunião do Grupo Técnico de Conteúdo e Estrutura referente ao padrão TISS - Rio de Janeiro - RJ.
18/09/14	16ª Reunião de Diretoria do CFP - Brasília - DF.
18/09/14	Capacitação sobre Racismo Institucional - Brasília - DF.
18/09/14 a 20/09/14	I Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia - Tubarão - SC.
18/09/14	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS) - Brasília - DF.
19/09/14	Julgamento de Processos Éticos - Brasília - DF.
19/09/14	Reunião da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica - Brasília - DF.
19/09/14	Reunião do CFP-OAB sobre Inspeção a Manicômios Judiciários - Brasília - DF.
19/09/14 a 20/09/14	Reunião do GT de Laicidade e Psicologia - Brasília - DF.
20/09/14	Reunião da Comissão Nacional de Psicologia e Assistência Social do CFP - Brasília - DF.
20/09/14 e 21/09/14	9ª Reunião Plenária do CFP - Brasília - DF.
22/09/14 a 26/09/14	Congresso de Psicologia do Cerrado - Goiânia - GO.
24/09/14	Audiência Pública sobre Insegurança em Unidades da Fhemig - Belo Horizonte - MG.
24/09/14 a 25/09/14	Reunião da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos - CIRH/CNS - Brasília - DF.
25/09/14	Reunião do Grupo Técnico de Regulamentação da Lei 13.003/14 - Rio de Janeiro - RJ.
26/09/14	Discussão sobre Marco Regulatório dos cursos de Pós-graduação - GT de Especialistas - Brasília - DF.
29/09/14	Abertura da IV Jornada da Psicologia e o II Seminário do Serviço Social - Belém - PA.
29/09/14	Reunião do IV CBP - São Paulo - SP.

Data	Evento
29/09/14 a 02/10/14	Semana Acadêmica do Curso de Psicologia: "Devires da Psicologia: o sujeito complexo em movimento - Santa Cruz do Sul - RS.
30/09/14	Reunião Memórias da Psicologia Brasileira
02/10/14	Reunião sobre Política de Emergências e Desastres - Brasília - DF.
04/10/14	V Reunião Anual do IBENeC e I Congresso Norte-Nordeste de Neurociências e Comportamento - João Pessoa - PB.
07/10/14 a 09/10/14	Reunião do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Brasília - DF.
07/10/14 a 09/10/14	Reunião do FENTAS e 261ª Reunião Ordinária do CNS - Brasília - DF.
07/10/14	Reunião preparatória para treinamento de técnicos do Crepop - Brasília - DF.
08/10/14	Reunião do IV Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão - São Paulo - SP.
08/10/14	Reunião com o Conselho Nacional de Educação - Brasília - DF.
08/10/14	Reunião com os técnicos do Crepop - Brasília - DF.
09/10/14	50 anos de ditadura militar no Brasil - São Paulo - SP.
09/10/14	Abertura Colóquio Brasileiro de Gestalt - Maceió - AL.
09/10/14	Reunião do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - FENPB - São Paulo - SP.
10/10/14 a 11/10/14	Oficina Nacional de Conciliação - Brasília - DF.
10/10/14 a 11/10/14	Reunião administrativa com a Coordenação geral e Gerencia Administrativa - Brasília - DF.
10/10/14	Reunião Coordenação Nacional do FNTSUAS - Brasília - DF.
11/10/14	Abertura da V Jornada Franco Brasileira de Psicologia Oncológica "Panorama da Psicologia Hospitalar" - Rio de Janeiro - RJ.
11/10/14 a 17/10/14	Assembleia Ordinária do CONANDA e atividades correlatas - Brasília - DF.

Data	Evento
11/10/14	Reunião da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social do CFP – Brasília – DF.
12/10/14 a 14/10/14	Reunião da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – CISP/CNS – Brasília – DF.
15/10/14	Reunião da Comissão de Educação do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde – FCFAS – Brasília – DF.
16/10/14	17ª Reunião de Diretoria do CFP – Brasília – DF.
16/10/14 a 17/10/14	Reunião da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica – Brasília – DF.
17/10/14	Julgamento de Processos Éticos – Brasília – DF.
17/10/14	2ª Reunião do Grupo Técnico de Regulamentação da Lei 13.003/14 – Ipanema – RJ.
18/10/14	II Seminário Interno Do Fórum Sobre Medicalização Da Educação E Da Sociedade: Colocaremos Nossa Energia Em Quê? – Belo Horizonte – MG.
18/10/14	Reunião presencial da Comissão do Projeto “Memórias da Psicologia” – Brasília – DF.
18/10/14 e 19/10/14	10ª Reunião Plenária do CFP – Brasília – DF.
20/10/14 a 23/10/14	XXII Conferência Nacional dos Advogados – Rio de Janeiro – RJ.
21/10/14 a 24/10/14	44ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) – Ribeirão Preto – SP.
21/10/14 a 22/10/14	Reunião da Comissão Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – CIPCSUS/CNS – Brasília – DF.
22/10/14	Oficina de discussão sobre – As relações entre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o Sistema de Justiça – Porto Alegre – RS.
22/10/14	Reunião da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – CIRH/ CNS – Brasília – DF.
23/10/14 a 24/10/14	Reunião da Comissão Intersetorial de Atenção Integral à Saúde da Criança, do Adolescente e do Jovem – CIASAJ – Brasília – DF.
24/10/14	Mesa: Laudos Psicológicos: Desafios metodológicos e políticos – Ribeirão Preto – SP.
29/10/14	Oficina de discussão sobre “As relações entre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o Sistema de Justiça”. – Cuiabá – MT.

Data	Evento
29/10/14 a 30/10/14	Seminário Goiano de Psicologia e Direitos Humanos - Goiânia - GO.
30/10/14 a 31/10/14	Reunião com a Gerência Administrativa e Financeira do CFP - Brasília - DF.
30/10/14 a 31/10/14	Reunião da Comissão Intersetorial de Saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CISPLGBT/CNS - Brasília - DF.
31/10/14	Seminário GEA - Grupo de Estudos sobre o Aborto - São Paulo - SP.
01/11/14	Reunião do Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais - Brasília - DF.
03/11/14	Abertura 9ª Mostra Cinema e Direitos Humanos no Hemisfério Sul - Brasília - DF.
03/11/14	Reunião Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - São Paulo - SP
03/11/14	Reunião da Comissão Organizadora Nacional da 2ª CNPDC - Brasília - DF.
04/11/14 a 07/11/14	2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil - Brasília - DF.
04/11/14	3ª Reunião do Grupo Técnico de Regulamentação da Lei 13.003/14 - Rio de Janeiro - RJ.
04/11/14 a 05/11/14	41ª Reunião Ordinária do CNDM - Brasília - DF.
04/11/14	Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde - FENTAS - Brasília - DF.
04/11/14	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas - Brasília - DF.
05/11/14 a 07/11/14	6º Seminário Nacional sobre Saúde em Desastres do Ministério da Saúde - Brasília - DF.
05/11/14 a 06/11/14	7ª Reunião do Grupo de Trabalho de Regulamentação das Comunidades Terapêuticas. - Brasília - DF.
05/11/14 a 06/11/14	Conselho Nacional de Saúde - CNS - Brasília - DF.
06/11/14	18ª Reunião de Diretoria do CFP - Brasília - DF.
07/11/14	Julgamento de Processos Éticos - Brasília - DF.

Data	Evento
07/11/14	2ª reunião do GT Conteúdo e Estrutura – Rio de Janeiro – RJ.
07/11/14	Reunião da Comissão de Saúde do Conselho Federal de Psicologia – Brasília – DF.
08/11/14 e 09/11/14	11ª Reunião Plenária do CFP – Brasília – DF.
07/11/14 a 09/11/14	Reunião da Coordenação Executiva e Nacional do FNTSUAS – Brasília – DF.
10/11/14 a 13/11/14	13ª Semana Científica do Curso de Psicologia da UNAMA – Belém – PA.
10/11/14 a 13/11/14	Congresso Brasileiro de Governança e Controle Público – Foz do Iguaçu – PR.
10/11/14	Reunião com SOBRAPA – Brasília – DF
10/11/14	Reunião com a Gerência Administrativa e Financeira do CFP – Brasília – DF.
11/11/14	11ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Serviços de Saúde – Brasília – DF.
11/11/14 a 13/11/14	IX Congresso de Psicologia – Mesa-Redonda: “Psicologia e Ética: da elaboração à prática” – Goiânia – GO.
12/11/14	Debate sobre o “Uso do Canabidiol e o seu Enquadramento na Legislação Brasileira” – Brasília – DF.
12/11/14	Reunião Ordinária do CONAD – Brasília – DF.
12/11/14	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde – FCFAS – Brasília – DF.
13/11/14 a 14/11/14	Reunião da Comissão Intersetorial de Atenção Integral à Saúde da Criança, do Adolescente e do Jovem – CIASAJ – Brasília – DF.
14/11/14	Lançamento de Filme – Salvador – BA.
16/11/14 a 18/11/14	Reunião da REBAP durante o Seminário Nacional das Bibliotecas Universitárias – SNBU – Belo Horizonte – MG.
17/11/14 a 18/11/14	Reunião da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena – CISI/CNS – Brasília – DF.
17/11/14 a 18/11/14	Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS – Salvador – BA.

Data	Evento
19/11/14	I Seminário de Psicologia nas Emergências e Desastres – UFMG – Belo Horizonte – MG.
19/11/14 a 23/11/14	IV Congresso Brasileiro de Psicologia – Ciência e Profissão – CBP – São Paulo – SP.
19/11/14	Oficina de discussão sobre “As relações entre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o Sistema de Justiça”. – Vitória – ES.
21/11/14 a 23/11/14	Encontro Brasileiro da Escola Brasileira de Psicanálise – Belo Horizonte – MG.
22/11/14	12ª Reunião Plenária Extraordinária.
25/11/14 a 26/11/14	15ª Reunião da Comissão Intersetorial para Acompanhamento das Políticas de DST/AIDS – CIADAIDS/CNS – Brasília – DF.
27/11/14 a 28/11/14	I Congresso Internacional de Prevenção dos Problemas Relacionados ao Uso de Drogas – PREVINE/2014 – Brasília – DF.
02/12/14 a 03/12/14	II Seminário de Direito e Assistência Social – Brasília – DF.
04/12/14	19ª Reunião de Diretoria do CFP.
04/12/14	Reunião da Comissão Editorial da revista Psicologia: Ciência e Profissão – Brasília – DF.
04/12/14 a 05/12/14	XV Seminário Internacional Ética na Gestão – Brasília – DF.
05/12/14	Julgamento de Processos Éticos.
06/12/14 e 07/12/14	13ª Reunião Plenária do CFP – Brasília – DF.
08/12/14	Reunião presencial da Comissão de Gestão por Projetos por meio de Editais – Brasília – DF.
09/12/14	Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde – FCFAS – Brasília – DF.
10/12/14	Oficina Regional do Nordeste sobre as Relações entre o SUAS e o Sistema de Justiça – Salvador – BA.
12/12/14	Reunião de Presidentes e Tesoureiros – Brasília – DF.
13/12/14 e 14/12/14	Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF – Brasília – DF.



5

**ASSESSORIA DE
COMUNICAÇÃO**

5.1 – ATENDIMENTOS À IMPRENSA E VEÍCULOS CONTACTADOS

21/ago	Revista Mídia Com Democracia	Democratização da comunicação
27/ago	Band News	Armas de brinquedo para crianças
27/ago	Rádio Câmara	30 horas – dia do psicólogo Entrevista com Mariza Borges
27/ago	Revista Educação, da Editora Segmento	Decisão da Conanda, que regulamenta a publicidade infantil e lista as práticas abusivas nos comerciais justificando que as crianças estão em desenvolvimento e não entendem a linguagem persuasiva da propaganda, sendo, portanto, vulneráveis.
03/set	Mundo Estranho, da Editora Abril.	Logo da Psicologia
04/set	UOL Comportamento	gerontofobia
10/set	Correio Braziliense	Efeitos da ausência paterna na formação do indivíduo e nas dificuldades familiares
08/set	Rádio Nacional da Amazônia	A questão da violência nas escolas e do controle da raiva na infância e na adolescência
08/out	Rádio Nacional	Redução da maioridade penal
14/out	RPC TV - GLOBO PARANÁ	Avaliação psicológica para habilitação ou renovação de CNH
22/out	Correio Braziliense	Psicólogo forense para matéria que estamos fazendo sobre o caso do suspeito de ser um serial killer em Goiânia
24/out	Rádio Nacional da Amazônia	Hipnose
27/nov	Rádio Nacional	Psicólogo infantil sobre o projeto aprovado no Senado sobre a guarda compartilhada
08/dez	UOL	Medicalização do cotidiano
09/dez	UOL Economia	Perdas na economia com proibição à publicidade infantil
11/dez	Repórter da Agência Brasil	Depressão
12/dez	Correio Braziliense	Concurso CFP

5.2 – JORNAL DO FEDERAL

Publicado em novembro de 2014 com novo visual e nova proposta editorial, o Jornal do Federal foi distribuído (pegar número com a Maria) para psicólogos e psicólogas de todo o País.

5.3 – MATÉRIAS, NOTAS E MANIFESTOS

Ao todo ano de 2014 foram 290 matérias e notas.

5.4 – PÁGINAS DE TRANSMISSÃO

• Transmissões Online

Em 2014 o Conselho Federal de Psicologia realizou seis transmissões online com a participação da categoria:

- Golpe de 1964;
- Posse da CNDH;
- APAF (maio e dezembro);
- Dia do Psicólogo;
- Identidade Trans;

• Hotsites

Em 2014 o Conselho Federal de Psicologia aumentou sua participação social com a criação de hotsites e infográficos dinâmicos sobre temas ligados à Psicologia:

- Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social - <http://conpas.cfp.org.br/>
- Oficina Nacional de Conciliação - <http://onc.cfp.org.br/>
- Dia do Psicólogo - <http://diadopsicologo.cfp.org.br/>
- CFP no CBP - <http://cbp.cfp.org.br/>
- Infográfico: A Psicologia em Números

Desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia, o infográfico interativo “A Psicologia em números” apresenta dados

sobre os Psicólogos (as) registrados (as) nos Conselhos Regionais pelo país. O infográfico também detalha o número de profissionais por estado e o gênero informado no ato do registro.

Os dados são coletados da base do Cadastro Nacional da Psicologia, sistema de registro e manutenção de dados utilizado pelo Sistema Conselhos de Psicologia. Em sua fase inicial, a ferramenta atualizará os dados dos Psicólogos mensalmente, mas no futuro apresentará essas e outras informações que já estão disponíveis no Cadastro Nacional da Psicologia.

<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>

5.5 – REDES SOCIAIS

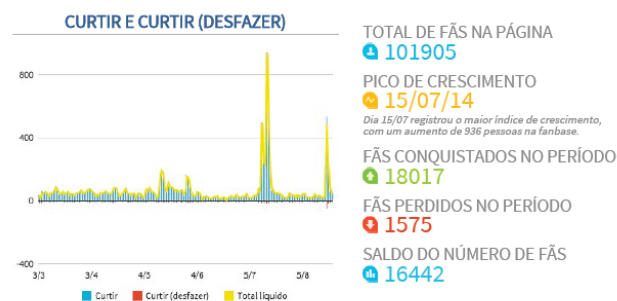
Em 2014, o Conselho Federal de Psicologia cresceu ainda mais nas redes sociais que utiliza (Facebook, Twitter e Youtube) e fortaleceu o uso como instrumentos potencializadores do diálogo e atendimento entre o CFP, psicólogas, psicólogos e a sociedade em geral.

Os canais de comunicação em mídias sociais mostraram-se extremamente positivos para a divulgação de notícias, pois estas passaram a ser discutidas por meio de comentários e tweets, que foram amplamente compartilhados.

Além disso, os canais de comunicação foram utilizados para cobertura de eventos promovidos pelo CFP como debates, seminários (presenciais ou online) e plantões especiais, como os trâmites do PL das 30h para a Psicologia.

• Crescimento

O Facebook teve crescimento exponencial desde o início de 2014. A página do CFP somou 101.905 curtidas/likes. Apenas neste ano, mais de 16 mil pessoas curtiram a página.



No Twitter, o CFP chegou a 12.430 seguidores, com crescimento de mais de 1.5 mil seguidores apenas em 2014.

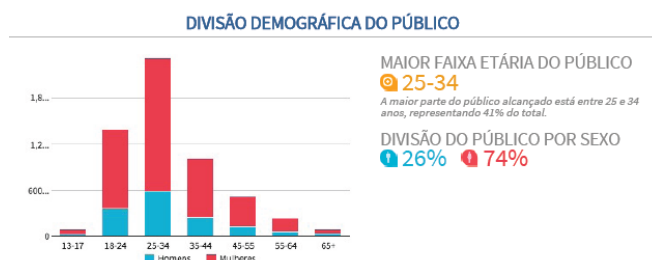
O CFP divulgou, em seu canal no Youtube (<http://youtube.com/confederalpsicologia>), 55 vídeos em 2014. Com 994 inscritos, o canal teve 96.773 visualizações somando em 658.685 minutos assistidos.



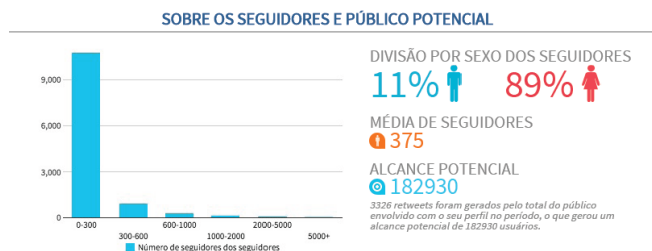
• Público nas redes sociais

Os canais de comunicação do CFP são frequentados por profissionais, estudantes e pessoas interessadas e ligadas aos temas que fazem interface com a Psicologia. Destaca-se, entre as redes, a maior participação feminina entre quem segue e curte o CFP:

Facebook



Twitter



• Conteúdo

O Conselho Federal de Psicologia utilizou seus canais de comunicação para reforçar a divulgação de eventos, notas técnicas, notícias e outros assuntos de interesse da categoria. As publicações nas redes seguiram os seguintes formatos:

- Somente texto;
- Texto com imagem (banners, infográficos ou fotos);
- Imagens;
- Vídeos.

MÉDIA DE ALCANCE E ENVOLVIMENTO DOS POSTS POR TIPO

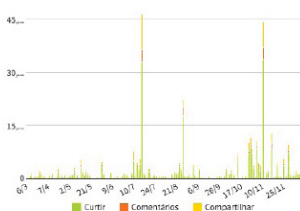
TIPO DE POST	ALCANCE MÉDIO	MÉDIA DE INTERAÇÕES	ENGAJAMENTO
POSTS DE STATUS 52	10003	1339	7%
POSTS COM LINK 37	5130	500	9%
POSTS COM FOTO 366	13406	2393	160%
POSTS COM VÍDEO 4	64164	5786	11%

No Facebook, foram postadas 630 publicações enquanto no Twitter foram postadas 318 publicações em 2014.

No Facebook, as publicações receberam o total de 255.136 curtidas/likes (soma do número de curtidas/likes nas publicações e nos comentários), 24.624 comentários nas publicações, resultando em uma média de 39 comentários por publicação. As publicações tiveram o total de 66.654 compartilhamentos.

Todas as atividades dos usuários (curtir, comentários e compartilhamentos) somaram em 346.414 interações diretas com o conteúdo do CFP.

ENVOLVIMENTO DO PÚBLICO POR TIPO DE INTERAÇÃO



TOTAL DE INTERAÇÕES NO PERÍODO

346414

A página registrou 346414 interações nos últimos 366 dias. Sendo 74% de likes, 7% de comentários e 19% de compartilhamentos.

Tipo de Post	👍	💬	🔄
Status	17859	1249	3449
Link	4679	628	1001
Foto	229054	21944	61108
Vídeo	3544	803	1096

No Twitter, as publicações receberam o total de 560 respostas diretas e alcançaram mais de 182 mil de perfis na rede.

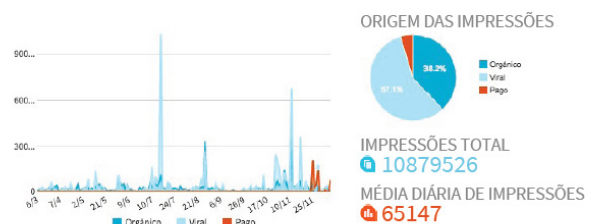
• Alcance e impacto das publicações

Em 2014, as publicações do CFP foram impressas (exibidas) para mais de 10 milhões de perfis no Facebook.

Impressão é a medida de quantas vezes nossas publicações apareceram dentro do Facebook.

É a soma do número de pessoas que viram direto na página do CFP, em compartilhamentos ou outras aparições na “Linha do Tempo” – através de quem segue ou de quem curte uma publicação do CFP.

IMPRESSÕES DURANTE O PERÍODO





6

ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

No exercício de 2014, a receita do CFP atingiu R\$ 22.040.388,05, que representam arrecadação de 95,94% da prevista para o exercício, e as despesas atingiram R\$ 16.424.689,93, que representaram 71,50% da fixada, obtendo-se superávit orçamentário de R\$ 5.615.698,12.

Na análise patrimonial do exercício em tela, comparado aos dois exercícios anteriores pelos quais se acumularam déficits de R\$ 7.401.697,11, a atual gestão do Conselho Federal de Psicologia geriu seu planejamento com cautela e prudência, demonstrando a pronta recuperação do patrimônio líquido da entidade e buscando

fazer uso dos recursos financeiros dos psicólogos com responsabilidade e transparência.

- **Auditoria**

Foram realizadas auditorias contábeis e de gestão em todos os Conselhos Regionais e o Conselho Federal, pela empresa Partwork Auditores Independentes, abrangendo o exercício de 2013, de forma a verificar os procedimentos adotados para a autarquia e as exigências do Tribunal de Contas da União e novas normas da Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

Comparativo de Receita e Despesa do Conselho Federal de Psicologia

Receita (em reais)	2012	2013	2014
Receitas Correntes	18.282.531,55	20.926.471,49	21.890.388,05
Receita Patrimonial	713.774,98	248.514,30	875.608,62
Receita de Serviços	16.907,82	108.006,32	45.636,82
Transferências Correntes (Cota Parte)	17.174.608,13	20.172.648,11	20.852.536,33
Outras Receitas Correntes	377.240,62	397.302,76	116.606,28
Receitas de Capital	256.088,64	839.045,96	150.000,00
Amortização de Empréstimos (CRPs)	256.088,64	832.084,46	150.000,00
Alienação de Bens	0,00	6.961,50	0,00
Outras Receitas de Capital (Superávit)	0,00	0,00	0,00
Total da Receita	18.538.620,19	21.765.517,45	22.040.388,05
Despesa (em reais)	2012	2013	2014
Despesas Correntes	22.933.635,82	22.896.168,31	16.075.476,83
Despesa de Custeio	20.035.079,07	19.937.602,79	14.417.511,75
Transferências Correntes	2.898.556,75	2.958.565,52	1.657.965,08
Despesas de Capital	1.597.196,43	20.172.648,11	349.213,10
Investimentos (aquisição de bens)	1.056.896,43	278.834,19	159.213,10
Inversões (empréstimos)	540.300,00	31.984,19	150.000,00
Transferência de Capital	0,00	246.850,00	190.000,00
Total da Despesa	0,00	0,00	0,00
Total da Receita	24.530.832,25	23.175.002,50	16.424.689,93
Superávit / Déficit (do Exercício)	- 5.992.212,06	-1.409.485,05	5.615.698,12

Fonte: Gerência Contábil do CFP



7

**ASSESSORIA
PARLAMENTAR**

A Assessoria Parlamentar do CFP foi reformulada em 2014 para ter mais eficiência nas atribuições de auxiliar o Plenário em sua representação política e legislativa; ocupar-se das relações com o Congresso Nacional; acompanhar e divulgar a tramitação de projetos de lei que tratam de matérias de interesse da Psicologia; e acompanhar reuniões e audiências das Comissões.

Em 2014, a Assessoria Parlamentar acompanhou diversos projetos de lei de interesse da Psicologia. Destaca-se a articulação feita pelo CFP com o objetivo de aprovação do PL 3338/2008, que dispõe sobre a jornada de trabalho de 30 horas semanais para os psicólogos.

Entre os projetos prioritários, estão:

- PL 3338/2008 - Dispõe sobre a jornada de trabalho de 30 horas semanais para os psicólogos.
- PL 5440/2009 - Dispõe sobre o piso salarial dos profissionais de Psicologia.
- PL1858/1991 - Equipara o salário profissional e jornada de trabalho do psicólogo ao do cirurgião-dentista e do médico.
- PL 3688/200 - Dispõe sobre a introdução de assistente social e psicólogo no quadro de profissionais de educação em cada escola.
- Plc 18/2012 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do orientador educacional nas instituições públicas de educação básica.
- PEC 33/2012 - Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimizabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar.
- PL 7663/2010 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da classificação das drogas, introduzir circunstâncias qualificadoras dos crimes previstos nos arts. 33 a 37, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e dá outras providências.
- PL1220/2007 - Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.
- PL 7200/2010 - Dispõe sobre a ampliação da participação dos profissionais de saúde na perícia da Previdência Social.
- PL 4364/2012 - Altera a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.
- PL 7500/2006 - Determina a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica.



8

**COORDENAÇÃO
JURÍDICA**

No desenvolvimento das atividades da Coordenação Jurídica do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2014, foram desenvolvidas as seguintes ações e atividades:

- Desenvolvimento de medidas extrajudiciais, administrativas e judiciais, na forma e nos termos previamente ajustados com o CFP, acompanhando e defendendo seus interesses em Brasília-DF, e excepcionalmente em todo território nacional;
- Assessoramento jurídico ao Plenário, à Diretoria e demais setores do Conselho Federal de Psicologia;
- Elaboração de pareceres, contratos, convênios, memorandos, ofícios, petições, recursos e outros instrumentos jurídicos típicos do exercício profissional de advogado, além da elaboração dos instrumentos normativos do CFP (Resoluções, Instruções Normativas, Portarias...);
- Assessoramento e prestação de consultoria, quando necessário, nos processos decorrentes do exercício profissional de competência do CFP;
- Acompanhamento judicial de processos que tramitaram em outros Estados da Federação.
- Elaboração de pareceres nos editais de licitação do Conselho Federal de Psicologia nas modalidades Pregão, Tomada de Preços, Convite e Leilão;
- Elaboração de pareceres conclusivos sobre as diversas consultas formuladas, mormente sobre a realização de procedimentos licitatórios, o exercício profissional, procedimentos na área trabalhista, além de resposta às consultas formuladas pelos Conselhos Regionais de Psicologia;
- Orientação quanto à tramitação de processo ético nos novos Conselhos Regionais de Psicologia;
- Assessoramento aos Conselheiros Federais quanto ao julgamento dos processos éticos.
- Acompanhamento das reuniões do fórum dos Conselhos Federais de Profissão Regulamentada, bem como de audiências no Congresso Nacional acompanhando proposições de interesse da psicologia, acompanhamento das reuniões e audiências públicas;
- Assessoramento jurídico à Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças- APAF;
- Acompanhamento, direcionamento, assessoramento do Sistema Conselhos de Psicologia no Processo Eleitoral.



9

**CORPO
FUNCIONAL
DO CFP**

Divisões	Nome
COORDENAÇÃO GERAL	CG José Carlos De Paula
	SECRETARIA EXECUTIVA Luiz Henrique Fernandes Vieira Ana Ines Souza Camila Dias De Lima Alves Mariza B Guimarães Moreira Veronica Pierre Costa
	CONJUR Guilherme Vilela Dos Santos Bruna Flavia Faria Braga Carlene De Souza Dias Rezende
	OUVIDORIA
	AUDITORIA Caroline Fogaça Rezio Alessandra Luiza De Sousa
	ASCOM Fernanda De Araújo Mendes Ana Clara De Medeiros Araujo Marcos Cavalcante Nobre Raquel De Lima Marques Alves Maria Goés De Mello Pablo Emilio M F Leandre Andre Martins De Almeida
GERÊNCIA DE PROJETOS TÉCNICOS INSTITUCIONAIS	GERÊNCIA TÉCNICA Lislly Telles De Barros Sara Juliana B Guadanhim Mariana Dos Reis Veras Ylo Barroso Caiado Fraga Lissane Raquel Henrique Bahia De Oliveira Santos Thayse Duarte Varela Dantas Vinicius Sena De Lima Ana Maria Torres De Sousa Maia Livia Marinho Avelino Da Silva Gustavo Siqueira Gonçalves Daniel Henrique De Araujo Carolina Pereira Barbosa
	GERÊNCIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Fabiola Borges Correa Adriana Oliveira Mendes Daniela Ribeiro Mundim E Silva João Vinicius Marques Luiz Felipe Pereira Doles Rafael Menegassi Taniguchi Klebiston T Dos R Ferreira Maria Eduarda Borges Da Silva Marcela Alice De Andrade

Divisões	Nome
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA Gilson De Souza Oliveira
	GERÊNCIA FINANCEIRA Rosângela Duarte De Almeida Jucyara Moura Dos Santos
	GERÊNCIA CONTÁBIL Wladmir Rogerio Dos Reis Jose Eli De Vasconcelos Filho Jose Arnaldo De Gois Junior
	GERÊNCIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO Leomar Da Silva Santana Elton Ramos Da Silva Karina Rocha Da C P Antunes Rafael Pereira Perdigão Ivan Moraes De Oliveira Cleison Reis Santos Denis Cleon Coelho Da Silva Marcelo Siqueira Gonçalves Bruna Hoffmeister Lucas
	GERÊNCIA ADMINISTRATIVA Roger Cael De Magalhaes Mello Bruna Dutra Galvao Isabela Kanjo Nasser Fabio Almeida Da Trindade Sara Marília Oliveira Lopes Thiago De Mélo Pacheco Verônica Duarte R De Araújo Matheus Navar Pimenta Melo Antonio Carlos Everton Muniz Ludimila Rosa De Matos Veracy Da Silva Fernandes Poliana Kilian G De C Vieira Diego Ramos Castro Macelo De Souza Alves
AFASTADOS	Tatiana Santos Freitas Gomes - Assistente de Secretaria Renato Cesar Bispo De Araujo - Assessor da Coordenadoria Técnica